



AZ@BXL

Número: 385

Data: 2025.12.12

No título: "Escape #10" (2017)

Créditos: Catarina Branco (1974) é uma artista plástica natural da ilha de São Miguel, licenciada em Pintura pela Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa. A artista destaca-se pelo seu trabalho minucioso em papel recortado à mão, através do qual reinventa tradições culturais e religiosas açorianas, articulando-as com influências de outras geografias, como África e Brasil, numa linguagem visual contemporânea. Desde o início da sua carreira, Catarina Branco tem participado em bienais, feiras internacionais de arte contemporânea e as suas obras têm integrado inúmeras coleções públicas e privadas. Do seu percurso artístico, destaca-se o convite feito em 2013 pela Fundação Calouste Gulbenkian para participar no projeto Próximo Futuro e o convite para desenvolver uma peça original para a exposição "April 25, 1974 – Portugal's Carnation Revolution", organizada em 2014 pela Universidade de Berkeley, Califórnia (EUA). Em reconhecimento do seu trabalho artístico, Catarina Branco foi também agraciada com diversos prémios, nomeadamente o Prémio de Pintura e Escultura D. Fernando II (1999), o Prémio de Pintura João Barata, atribuído pela Galeria Barata (Lisboa), em 1997 e o Prémio de Criação Artística – Pintura "Domingos Rebelo", DRAC, em 2001.

Cortesia: *Galeria Fonseca Macedo*

Nota: Nesta edição, damos continuidade a uma nova sequência de publicações com o intuito de divulgar obras de artistas açorianos ou a residir nos Açores. Deixamos o nosso mais sincero agradecimento a todos os artistas que aceitaram participar, bem como à Galeria Fonseca Macedo, que prontamente aceitou o desafio e se disponibilizou para colaborar.

DESTAQUES



[UE acorda meta de redução de 90% das emissões até 2040 rumo à neutralidade climática](#)

[Comissão Europeia reforça controlos sobre produtos importados para a União Europeia](#)

[Conselho e Parlamento Europeu acordam medidas para simplificar regras de sustentabilidade e reforçar a competitividade da UE](#)

[Declaração da Vice-presidente Executiva Virkkunen e do comissário McGrath sobre o Dia Internacional contra a Corrupção](#)

[Comissão Europeia propõe legislação ambiental mais simples para impulsionar o crescimento sustentável](#)

[Comissão Europeia investe 14 mil milhões de euros para impulsionar a investigação e a inovação na Europa](#)

[Pacote de procedimentos de infração de dezembro: principais decisões](#)

[Relatório europeu destaca papel fundamental da prevenção e da reforma na saúde para a prosperidade económica](#)

[UE introduz direitos aduaneiros sobre encomendas de comércio eletrónico de baixo valor a partir de 1 de julho de 2026](#)

[UE aprova a imobilização indefinida dos ativos russos](#)



Até 15 de dezembro



Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) vertente Energia, 15 de dezembro de 2025

Os ministros da Energia da UE procurarão definir uma **orientação geral parcial sobre o Mecanismo Interligar a Europa** para o período de 2028-2034. Os ministros realizarão também um debate de orientação sobre o próximo pacote relativo às redes europeias e trocarão pontos de vista sobre a correlação entre a energia e a segurança energética com o secretário-geral da OTAN.

Pode encontrar mais informação sobre esta reunião [na página do Conselho dedicada à mesma](#). Pode assistir [aqui](#) aos pontos da agenda que decorrerão em sessão pública.



Consulta Pública: Aviação — Regras da UE em matéria de serviços aéreos (revisão)

As atuais regras da UE em matéria de serviços aéreos abrangem domínios como os requisitos operacionais, a liberdade de prestação de serviços e a liberdade de fixação de preços.

A iniciativa atualizará essas regras à luz dos ensinamentos retirados, nomeadamente durante a pandemia de COVID-19, a evolução da dinâmica do mercado e a evolução geopolítica e ambiental.

O objetivo é assegurar que o mercado interno da aviação da UE continue a ser centrado no consumidor, a preços acessíveis, fiável, social e ambientalmente sustentável e competitivo a nível mundial.

O processo de consulta pública permanecerá aberto até 15 de dezembro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas) no portal [“Dê a sua opinião”](#).

15 a 17 de dezembro



EU Agri-Food Days 2025

As Jornadas Agroalimentares da UE 2025, agendadas para 15 a 17 de dezembro, em Bruxelas, terão este ano como tema central “Garantir a alimentação e a agricultura da Europa”.

Esta conferência de três dias permite-lhe estabelecer contactos e participar em conversas importantes com partes interessadas do setor agroalimentar da UE, agricultores, analistas, académicos, sociedade civil e decisores políticos.

Para mais informações, consulte o [site do “EU Agri-Food Days 2025”](#).

15 a 18 de dezembro



Sessão Plenária do Parlamento Europeu

A última sessão plenária do Parlamento Europeu relativa ao ano 2025 irá decorrer em Estrasburgo nos próximos dias 15 a 18 de dezembro, podendo consultar [aqui](#) a agenda da sessão plenária.

Pode consultar [aqui](#) em detalhe todos os destaques desta sessão plenária.

Poderá ainda assistir em direto à [sessão plenária através do EP Live](#).

16 de dezembro



Conselho dos Assuntos Gerais, 16 de dezembro de 2025

Os ministros dos Assuntos da UE prosseguirão a preparação do Conselho Europeu de dezembro e realizarão um **debate de orientação sobre o quadro financeiro plurianual (QFP) da UE para 2028-2034**. Além disso, o Conselho será convidado a aprovar conclusões sobre o alargamento da UE. A Comissão apresentará igualmente o seu relatório intercalar anual sobre a simplificação, a aplicação e a execução. Está previsto que o Conselho aprove uma declaração conjunta sobre as prioridades legislativas da UE para 2026. Por último, a Presidência dinamarquesa, juntamente com a próxima Presidência cipriota, apresentará o roteiro para o Semestre Europeu de 2026.

Pode encontrar mais informação sobre esta reunião [na página do Conselho dedicada à mesma](#).

Até 17 de dezembro



Comissão procura pontos de vista sobre o futuro da normalização europeia

A Comissão Europeia [lançou](#) uma consulta pública sobre a próxima revisão do regulamento da UE relativo à normalização. Esta consulta ajudará a definir as futuras medidas políticas destinadas a reforçar o sistema europeu de normalização e a salvaguardar a liderança da Europa no desenvolvimento de normas de elevada qualidade e de confiança. Ao assegurar que as normas são eficientes e eficazes, a UE pode promover as suas ambições ecológicas e digitais, reforçando simultaneamente a sua posição de líder mundial na definição de normas.

Previsto para adoção em 2026, o regulamento revisto tornará o processo de definição de normas mais rápido, mais reativo às necessidades políticas e mais inclusivo, especialmente para as PME e as empresas em fase de arranque. A Comissão apresentou as principais prioridades para a revisão na sua avaliação publicada em julho de 2025. As partes interessadas e os peritos são convidados a contribuir através [da consulta em linha](#) disponível no portal da Comissão «Dê a sua opinião» até 17 de dezembro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas).

18 e 19 de dezembro



Conselho Europeu, 18 e 19 de dezembro de 2025

Os líderes da UE vão discutir [nesta reunião do Conselho](#) temas como o próximo Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034, a situação na Ucrânia, a situação no Médio Oriente e a competitividade da UE.

Pode encontrar mais informação sobre esta reunião na [página do Conselho](#) dedicada à mesma.

Até 21 de dezembro



A Comissão Europeia recolhe contributos para avaliação da Diretiva Serviços de Comunicação Social Audiovisual

As regras da UE relativas aos serviços de comunicação social audiovisual são um dos pilares da política e regulamentação da UE relativas aos meios de comunicação social. Estas normas promovem a competitividade das empresas de comunicação social europeias e a circulação transnacional de conteúdos mediáticos, protegem os telespetadores e reforçam a diversidade cultural e o pluralismo dos meios de comunicação social, entre outros aspetos.

A Comissão avaliará o impacto e o valor acrescentado das regras em vigor e apresentará propostas para a sua revisão, se for caso disso.

O período para apresentação de comentários decorre até ao dia 21 de dezembro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas) no portal "[Dê a sua opinião](#)".

Até 23 de dezembro



Comissão lança convite à apresentação de provas sobre a revisão das metas e objetivos da Década Digital 2030

A Comissão Europeia lançou um [convite à apresentação de provas](#) para avaliar se os objetivos e metas da Década Digital para 2030 continuam alinhados com as rápidas mudanças tecnológicas desde a sua adoção em 2022. A revisão, prevista para 2026, irá ajustar o programa político que orienta a transformação digital da Europa, considerando a necessidade de acelerar o processo de digitalização da UE e de simplificar a legislação europeia em matéria do digital.

Neste estágio intermédio do programa político da [Década Digital](#), a Comissão irá avaliar a relevância dos objetivos atuais e a eficácia das medidas para garantir que permaneçam eficazes e resilientes. A revisão também irá considerar formas de alinhar as políticas digitais com as oportunidades de financiamento no próximo Quadro Financeiro Plurianual e como melhorar a participação de regiões e cidades para garantir que os benefícios da digitalização cheguem aos cidadãos e pequenas empresas.

O convite à apresentação de provas estará aberto até ao próximo dia 23 de dezembro de 2025.

Até 12 de janeiro



Diga-nos o que pensa sobre: Estratégia para as regiões ultraperiféricas da UE

Esta iniciativa visa permitir que as regiões ultraperiféricas retirem maiores benefícios das políticas, dos fundos e dos programas da UE.

A iniciativa irá: alinhar a estratégia atual com as novas prioridades políticas; delinear uma visão global para aumentar a prosperidade destas regiões; definir os principais domínios de ação da UE para dar resposta às necessidades e especificidades destas regiões; e, ajudar a explorar os ativos estratégicos e o potencial únicos que estas regiões oferecem enquanto postos avançados da UE no mundo.

O processo de consulta permanecerá aberto até 12 de janeiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) no portal "[Dê a sua opinião](#)".

A adoção da Estratégia para as regiões ultraperiféricas pela Comissão Europeia está prevista para o 1.º trimestre de 2026.



Diga-nos o que pensa sobre: Pacote de simplificação regulamentar para as regiões ultraperiféricas da UE

Esta iniciativa visa eliminar os estrangulamentos na legislação da UE que dificultam o desenvolvimento socioeconómico, a competitividade sustentável e a prosperidade das regiões ultraperiféricas da UE. Visa, em especial, simplificar os requisitos legais da UE e ajustá-los às especificidades das regiões ultraperiféricas.

Esta iniciativa complementa a iniciativa relativa à estratégia para as regiões ultraperiféricas da UE.

O processo de consulta permanecerá aberto até 12 de janeiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) no portal "[Dê a sua opinião](#)".

A adoção da proposta de regulamento pela Comissão Europeia está prevista para o primeiro semestre de 2026.

Até 13 de janeiro



Comissão lança consulta pública sobre futura Lei dos Materiais Avançados

A Comissão Europeia abriu um [convite à apresentação de propostas](#) e uma [consulta pública](#) sobre a futura Lei dos Materiais Avançados, uma iniciativa central da [Bússola para a Competitividade](#) que visa reforçar a liderança industrial e a autonomia estratégica da Europa.

A nova legislação criará um quadro estratégico para o desenvolvimento, produção e utilização de materiais avançados, substâncias desenvolvidas artificialmente com propriedades inovadoras e aplicáveis em setores como eletrónica, energia e mobilidade elétrica.

A implementação da proposta está prevista para 2026 e procurará acelerar a transição entre a investigação e a comercialização, simplificar processos regulamentares e aumentar a capacidade de produção europeia, de modo a realizar uma promoção simultânea de sustentabilidade e economia circular.

Os interessados poderão enviar contributos até 13 de janeiro de 2026 através do portal “[Dê a sua opinião](#)” da Comissão Europeia.

Até 14 de janeiro



Comissão lança consulta sobre regras de auxílios estatais à radiodifusão de serviço público europeu

A Comissão Europeia abriu uma [consulta pública](#) e uma [consulta a peritos](#) para recolher contributos sobre a [Comunicação de 2009 relativa aos auxílios estatais à radiodifusão de serviço público](#). O objetivo é avaliar se as regras continuam a cumprir os seus objetivos, tendo em conta as mudanças tecnológicas, de mercado e jurídicas ocorridas desde a última revisão.

A consulta pública geral destina-se a cidadãos, empresas e organizações interessadas, enquanto a consulta a peritos se dirige a participantes do setor, autoridades públicas e académicos com experiência específica na radiodifusão de serviço público. O prazo para participação em ambas termina a 14 de janeiro de 2026.

Após o encerramento das consultas, a Comissão analisará as respostas, publicará um resumo no portal “[Dê a sua opinião](#)” e divulgará as contribuições na língua em que foram submetidas. Com base nas respostas e na análise interna, será elaborado um documento de trabalho com as principais conclusões da avaliação.

Até 18 de janeiro



Simplificação — Pacote digital e omnibus

Decorre até 18 de janeiro o período para apresentação de comentários sobre o ato adotado. Todos os comentários recebidos serão resumidos pela Comissão Europeia e apresentados ao Parlamento Europeu e ao Conselho a fim de contribuir para o debate legislativo.

Os comentários podem ser apresentados no portal “[Dê a sua opinião](#)”.

Até 19 de janeiro



União Europeia lança convite para selecionar gestor do novo Fundo Scaleup Europe

O Fundo do Conselho Europeu de Inovação lançou um [convite à manifestação de interesse](#) destinado a recrutar um gestor de fundos independente para atuar como consultor de investimentos e gestor de carteira do Fundo Scaleup Europe, um novo instrumento multimilionário destinado a apoiar empresas europeias de rápido crescimento em setores tecnológicos estratégicos.

O gestor selecionado terá um papel central na valorização das scaleups europeias e no fortalecimento da liderança tecnológica da Europa em escala global. O convite está aberto a gestores de fundos com experiência comprovada em captação e gestão de investimentos, bem como em operações de expansão e crescimento empresarial.

Os pedidos de pré-qualificação deverão ser submetidos até **19 de janeiro de 2026**, e as candidaturas completas estarão abertas até **3 de fevereiro de 2026**, ambas com prazo limite às 17h00 CET (hora de Bruxelas).

O Fundo Scaleup Europe fará parte da estrutura existente do Fundo Europeu do Conselho de Inovação, mas com um gestor de fundos totalmente privado e baseado no mercado.

Até 23 de janeiro



Relatório de 2026 sobre o Estado de direito: Consulta específica das partes interessadas

Na elaboração do relatório, a Comissão baseia-se numa diversidade de fontes pertinentes, incluindo contributos a receber das autoridades nacionais, visitas aos países e contributos das partes interessadas.

A fim de facilitar a sua participação adequada, a Comissão convida as partes interessadas a apresentarem contributos escritos para o relatório através da presente consulta específica. O objetivo é alimentar a avaliação da Comissão com informações factuais sobre a evolução no terreno nos Estados-Membros, bem como nos quatro países do alargamento incluídos no relatório. A consulta integra as perguntas da consulta separada do ano passado sobre a dimensão do mercado único. Estas perguntas são especificamente indicadas no questionário.

Pode contribuir para esta consulta preenchendo o questionário em linha (faça um contributo separado para cada Estado-Membro ou país do alargamento abrangido) até 23 de janeiro de 2026 (meia-noite, hora de Bruxelas).

Aceda à consulta [aqui](#).



Consulta Pública: Ato legislativo sobre o Espaço Europeu da Investigação

A fim de criar um ambiente geral mais favorável à inovação, que reduza a fragmentação e impulse a competitividade da UE, esta iniciativa visa reforçar o investimento em I&D e elevá-lo ao nível da meta de 3 % do PIB.

Centrará mais o apoio à investigação nas prioridades estratégicas, alinhará melhor as prioridades de financiamento da UE e dos Estados-Membros e promoverá a livre circulação de conhecimentos e talentos na Europa.

O processo de consulta pública permanecerá aberto até 23 de janeiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) no portal "[Dê a sua opinião](#)".

A adoção do ato legislativo pela Comissão Europeia está prevista para o terceiro trimestre de 2026.

Até 26 de janeiro



Comissão procura obter pontos de vista sobre a revisão das diretivas relativas à contratação pública

A Comissão Europeia lançou uma consulta pública de 12 semanas para recolher contributos e elementos de prova com vista à revisão das diretivas da União Europeia relativas à contratação pública. A iniciativa pretende modernizar e simplificar as regras atuais, alinhando-as com as atuais prioridades estratégicas da UE.

Com as autoridades públicas da UE a gastarem mais de 2,6 biliões de euros por ano, dos quais 600 mil milhões de euros estão sujeitos às regras da UE, a revisão destas diretivas procura promover um sistema de investimento público europeu mais eficiente e estratégico.

Através deste questionário, a Comissão procura obter contributos das partes interessadas, incluindo as autoridades públicas, as empresas, a sociedade civil, os parceiros sociais e o meio académico, sobre a forma de melhorar as regras da UE em matéria de contratos públicos.

O questionário pode ser encontrado no portal "[Dê a sua opinião](#)" e o período de consultas decorrerá até ao **dia 26 de janeiro de 2026**.

Até 4 de fevereiro



Comissão lança convite à apresentação de propostas para financiar projetos de parceria no domínio jornalístico

A Comissão Europeia anunciou a disponibilização de 13,8 milhões de euros para apoiar o pluralismo e a colaboração transfronteiriça no jornalismo, no âmbito do programa Europa Criativa.

O montante reparte-se entre dois convites à apresentação de propostas. O [primeiro convite](#), referente à atribuição de 6,9 milhões de euros, destina-se a parcerias jornalísticas que promovam colaborações entre meios de comunicação de diferentes países da UE, com um máximo de 2 milhões por projeto de dois anos. O [segundo](#), também com 6,9 milhões de euros, visa reforçar o pluralismo mediático, oferecendo até 2,5 milhões por projeto a organizações intermediárias que financiem meios locais, comunitários e jornalismo de investigação.

Ambos os convites permanecerão abertos até 4 de fevereiro de 2026, podendo encontrar [aqui](#) mais informação sobre estes dois convites.



Comissão Europeia lança consulta sobre reforço das regras de segurança dos produtos no mercado único

A Comissão Europeia lançou uma consulta pública sobre duas iniciativas que visam atualizar o quadro da UE em matéria de segurança dos produtos e do mercado, garantindo que todos os bens comercializados sejam seguros, sustentáveis e adequados à economia digital e circular.

A primeira iniciativa propõe a revisão do [Novo Quadro Legislativo relativo à marcação CE](#) e à avaliação da conformidade, procurando simplificar regras, reduzir encargos administrativos e harmonizar procedimentos entre setores. A segunda analisa o [Regulamento sobre a Fiscalização do Mercado](#), com o objetivo de reforçar a cooperação entre autoridades e alfândegas e melhorar o combate a produtos inseguros.

As consultas decorrem até 4 de fevereiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) e irão contribuir para a futura Lei Europeia dos Produtos, prevista para o terceiro trimestre de 2026. A Comissão convida empresas, consumidores e autoridades a partilhar as suas perspetivas sobre as iniciativas no portal [Dê a sua opinião](#).

Até 6 de fevereiro



Comissão lança consulta pública sobre a Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência

A Comissão Europeia iniciou uma consulta pública com o objetivo de recolher contributos sobre o futuro da [Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030](#). A iniciativa pretende identificar formas de reforçar as políticas da União Europeia neste domínio, à luz dos novos desafios e oportunidades que surgiram desde o início da estratégia, incluindo os impactos sociais do pós-pandemia e as transformações tecnológicas em curso.

O processo de consulta visa recolher as opiniões de cidadãos, organizações da sociedade civil e entidades públicas sobre como a UE pode reduzir as barreiras à acessibilidade, promover a inclusão e garantir um apoio mais eficaz às pessoas com deficiência. As contribuições recolhidas irão servir de base para o novo conjunto de ações que a Comissão tenciona apresentar em 2026, no âmbito da Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência.

A consulta pública irá decorrer até 6 de fevereiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas), sendo realizada em linha no portal "[Dê a sua opinião](#)".

Até 23 de fevereiro



Comissão solicita contributos para moldar a resiliência climática futura da UE

A Comissão Europeia iniciou uma consulta pública com o objetivo de recolher contributos sobre o futuro quadro da UE em matéria de resiliência climática. A iniciativa pretende identificar formas de reforçar as políticas da União Europeia neste domínio, à luz dos novos desafios como fenómenos meteorológicos extremos, impactos na saúde, economias e infraestruturas, e a necessidade de uma abordagem coordenada para adaptação climática, conforme disposto no relatório "[Avaliação Europeia dos Riscos Climáticos](#)", produzido pela Agência Europeia para o Ambiente.

O processo de consulta visa recolher as opiniões de cidadãos, empresas, autoridades regionais e partes interessadas sobre como a UE pode proteger a saúde humana, reduzir riscos de alto impacto e reforçar a preparação societal. A consulta pública irá contribuir para o novo quadro da UE sobre resiliência climática, previsto para 2026, que visa tornar a Europa mais forte e preparada para os desafios climáticos.

A consulta pública irá decorrer até 23 de fevereiro de 2026 (às 23h59, hora de Bruxelas), podendo ser realizada em linha no portal "[Dê a sua opinião](#)".

Até 27 de fevereiro



Consulta Pública: Portabilidade de competências, ação 1 — facilitar a mobilidade dos trabalhadores em toda a UE através da transparência e da digitalização das competências

Atualmente, fazer com que as competências e qualificações dos trabalhadores sejam compreendidas pelos empregadores de outros Estados-Membros da UE continua a ser um desafio, nomeadamente porque os diplomas são frequentemente documentos em suporte papel.

Esta iniciativa visa tirar partido dos instrumentos existentes para a transparência das competências e qualificações e explorar as possibilidades de promoção de credenciais digitais interoperáveis. O objetivo é facilitar a mobilidade dos trabalhadores, reforçar o mercado único e facilitar a compreensão e aceitação das competências e qualificações em toda a UE.

O período para apresentação de comentários através do portal "[Dê a sua opinião](#)", decorre até ao dia 27 de fevereiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).



Consulta Pública: Portabilidade de competências, ação 2 — facilitar, modernizar e expandir os processos de reconhecimento das profissões regulamentadas

As regras da UE em matéria de reconhecimento das qualificações profissionais facilitam o reconhecimento transfronteiriço das qualificações dos cidadãos da UE que procuram aceder a profissões regulamentadas. Ainda assim, os processos a seguir podem ser morosos, complexos e dispendiosos, limitando a eficácia do mercado único.

Esta iniciativa visa simplificar, modernizar e alargar ainda mais os processos de reconhecimento das profissões regulamentadas, em especial através do recurso a ferramentas digitais.

O período para apresentação de comentários através do portal "[Dê a sua opinião](#)", decorre até ao dia 27 de fevereiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).



Consulta Pública: Portabilidade de competências, ação 3 — simplificar o reconhecimento das qualificações e competências dos nacionais de países terceiros

Os procedimentos nacionais de reconhecimento de nacionais de países terceiros são divergentes e muitas vezes lentos e ineficazes. Estes procedimentos impedem os nacionais de países terceiros de aceder ao mercado de trabalho e reduzem a atratividade da UE enquanto destino para os trabalhadores qualificados provenientes do estrangeiro.

Esta iniciativa visa simplificar o reconhecimento das qualificações dos nacionais de países terceiros, ajudando a fazer face à escassez de mão de obra e de competências na UE e respeitando a competência dos Estados-Membros em matéria de migração e regulamentação das profissões.

O período para apresentação de comentários através do portal "[Dê a sua opinião](#)", decorre até ao dia 27 de fevereiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 11 de março



Comissão apoia projetos de literacia mediática com 3 milhões de euros

A Comissão Europeia abriu um [convite à apresentação de propostas](#), no valor de 3 milhões de euros, destinado a apoiar projetos inovadores que reforcem a literacia mediática e ajudem os cidadãos a navegar de forma crítica e informada no ambiente digital.

As iniciativas poderão decorrer online ou offline e devem tornar o processo de aprendizagem sobre os media mais interativo e envolvente, ao mesmo tempo que ajudam profissionais do setor a adaptar-se a novos formatos e tendências de consumo.

O prazo para apresentação de propostas termina a 11 de março de 2026, e o convite está aberto a parceiros de países participantes no programa [Europa Criativa](#).



Agricultura, Alimentação e Ruralidade

Mercosul: Deputados Europeus aprovam regras para proteger a agricultura da UE

A Comissão do Comércio Internacional do Parlamento Europeu adotou a sua posição sobre os mecanismos de salvaguarda para importações agrícolas relacionadas com o acordo comercial com os países do Mercosul.

O projeto de regulamento, adotado com 27 votos a favor, 8 contra e 7 abstenções, estabelece como a UE pode suspender temporariamente as preferências tarifárias sobre importações agrícolas provenientes dos países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) caso estas importações prejudiquem os produtores da UE.

Segundo os eurodeputados, a Comissão deveria lançar uma investigação sobre a necessidade de medidas de proteção quando as importações de produtos agrícolas sensíveis (como aves ou carne de vaca) aumentarem 5% numa média de três anos (em comparação com 10% por ano na proposta original da Comissão). Também pretendem reduzir a duração dessas investigações (de seis para três meses em geral, e de quatro para dois meses no caso de produtos sensíveis) para introduzir salvaguardas mais rapidamente. A Comissão adotou ainda uma emenda

dizendo que as salvaguardas poderiam assumir a forma de uma obrigação de reciprocidade para os países do Mercosul aplicarem os standards de produção da UE.

O plenário do Parlamento adotará o seu mandato de negociação durante a sessão plenária de 15 a 18 de dezembro, após a qual poderão começar as negociações interinstitucionais com os governos da UE sobre a forma final da legislação.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

Conselho adota posição para modernizar regras sobre Material Reprodutivo Vegetal

O Conselho da União Europeia aprovou o mandato para iniciar negociações com o Parlamento Europeu sobre a revisão das regras que regulam a produção e comercialização de Material Reprodutivo Vegetal (MRV). A iniciativa visa atualizar um quadro legislativo que permanece inalterado desde a década de 1960 e representa um passo importante para adaptar o setor aos desafios ambientais e tecnológicos atuais.

O novo regulamento irá substituir dez diretivas setoriais por um único conjunto harmonizado de regras, com o objetivo de criar um sistema mais simples, inovador e resiliente. As propostas incluem medidas para aumentar a agrobiodiversidade, apoiar variedades locais e de nicho, e reduzir encargos administrativos através de procedimentos digitalizados e responsabilidades mais claras.

Entre os principais objetivos da revisão destas regras, destacam-se o incentivo ao progresso científico, a promoção de sementes de alta qualidade adaptadas às alterações climáticas e a proteção da biodiversidade e da segurança alimentar. O projeto abrange sementes e outros tipos de material vegetal utilizado na propagação de plantas, mas exclui o material florestal, ornamental, de exportação e destinado a investigação ou conservação genética.

O Conselho introduziu ajustes para garantir regras mais práticas e menos onerosas, mantendo o registo de variedades e a certificação, mas tornando obrigatório o exame de valor sustentável (VSCU) para espécies agrícolas, batatas e videiras. A posição acordada reforça ainda a flexibilidade para a utilização não profissional e as trocas de sementes, com novas salvaguardas e uma cláusula de revisão ao fim de cinco anos.

As negociações com o Parlamento Europeu deverão começar no início de 2026, com o objetivo de alcançar um acordo final sobre o novo regulamento.

Pode obter [aqui](#) mais informações.



Ambiente

UE acorda meta de redução de 90% das emissões até 2040 rumo à neutralidade climática

O Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia chegaram a um acordo político provisório que estabelece uma meta vinculativa de redução de 90% das emissões líquidas de gases com efeito de estufa até 2040, em comparação com os níveis de emissões registados em 1990. O objetivo faz parte do [compromisso da União de alcançar a neutralidade climática até 2050](#), reforçando o quadro legislativo do Pacto Ecológico Europeu.

O acordo estabelece maior flexibilidade para os Estados-Membros no cumprimento da meta. A partir de 2036, até 5% das reduções de emissões poderão resultar de créditos de carbono internacionais de elevada qualidade compatíveis com o Acordo de Paris. O texto inclui salvaguardas adicionais para impedir o financiamento de projetos contrários aos interesses estratégicos da UE. Também permite a utilização de remoções permanentes de carbono e uma maior flexibilidade entre setores para atingir os objetivos de forma economicamente eficiente.

Os negociadores decidiram adiar para 2028 a entrada em vigor do novo sistema de comércio de emissões (ETS2), que abrangerá as emissões de CO₂ provenientes de combustíveis usados em edifícios e transportes rodoviários. A Comissão Europeia avaliará os avanços de dois em dois anos, com base em dados científicos e na competitividade internacional da economia europeia. Essa revisão poderá conduzir a ajustes na meta de 2040 ou à adoção de novas medidas de apoio destinadas a proteger a indústria e as famílias europeias.

O acordo seguirá agora para votação no Parlamento Europeu e necessitará de aprovação formal pelo Conselho.

Após a publicação no Jornal Oficial da União Europeia, a nova meta entrará em vigor 20 dias depois, consolidando o compromisso europeu com uma transição climática justa e sustentável.

Pode saber mais [aqui](#).

Comissão Europeia propõe legislação ambiental mais simples para impulsionar o crescimento sustentável

A Comissão Europeia apresentou um novo [pacote de medidas](#) que simplifica e moderniza a legislação ambiental da União Europeia, promovendo o crescimento sustentável e reforçando a competitividade. As propostas abrangem as emissões industriais, a economia circular, as avaliações ambientais e o acesso a dados geoespaciais. Este novo pacote legislativo tem por objetivo reduzir encargos administrativos sem comprometer os elevados padrões de proteção do ambiente e da saúde pública.

Com estas medidas, a Comissão estima que as empresas europeias poupem cerca de mil milhões de euros por ano, o que aproxima a instituição do objetivo de alcançar 37,5 mil milhões de euros em poupanças anuais até 2029. O pacote insere-se na estratégia da Bússola da

Competitividade da UE e visa facilitar a transição para uma economia mais limpa e digital. Também prevê a aceleração dos processos de licenciamento, sobretudo em setores estratégicos como a habitação acessível, os projetos digitais e as matérias-primas críticas.

Entre as principais propostas destacam-se a simplificação das avaliações ambientais e dos sistemas de gestão ambiental, a redução de obrigações para agricultores e aquicultores e a substituição da base de dados de Substâncias de preocupação nos produtos (SCIP) por soluções digitais mais eficientes. O pacote inclui ainda a suspensão temporária de certas exigências relacionadas com a responsabilidade alargada do produtor e o alinhamento das normas de dados geoespaciais com a legislação europeia de dados públicos, o que permitirá reduzir custos e melhorar o acesso à informação.

Este conjunto de medidas integra um esforço mais amplo de desburocratização das normas ambientais europeias. As propostas irão seguir agora para apreciação pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho da União Europeia.

Pode conhecer [aqui](#) os elementos centrais da proposta com maior detalhe.

Conselho e Parlamento chegam a acordo provisório para melhorar a qualidade do material de reprodução florestal e apoiar a inovação do setor de sementes da UE

O Conselho e o Parlamento Europeu chegaram a um acordo provisório para melhorar a qualidade e a disponibilidade de material reprodutor florestal. O regulamento visa apoiar a inovação e a competitividade do setor de sementes da UE, ao mesmo tempo que aborda desafios relacionados com a sustentabilidade, a biodiversidade e o clima.

O material reprodutor florestal (MRF) refere-se a sementes, plantas e partes de plantas, sendo utilizado para o estabelecimento de novas florestas, para a reflorestação e para outros tipos de plantação de árvores, contribuindo para diversos objetivos, incluindo a conservação da biodiversidade, a adaptação climática, a mitigação das alterações climáticas e a conservação dos recursos genéticos florestais.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre os principais elementos do acordo provisório agora alcançado, que terá ainda de ser aprovado pelo Conselho e pelo Parlamento, antes de ser formalmente adotado e entrar em vigor.

UE aprova novo regulamento sobre detergentes e tensioativos para reforçar proteção do consumidor e do ambiente

O Conselho da União Europeia aprovou, em última instância, o novo regulamento relativo aos detergentes e tensioativos, uma medida que visa modernizar as regras do setor para reforçar a proteção dos consumidores e do ambiente.

A nova legislação simplifica a comercialização destes produtos no mercado europeu, melhora a clareza da rotulagem e atualiza as normas para incorporar inovações como o uso de microrganismos em produtos de limpeza. O regulamento incentiva também práticas mais sustentáveis, incluindo a venda de recargas, e introduz instrumentos digitais, como a rotulagem e o passaporte digital do produto.

Entre as principais disposições estão o reforço da segurança e da transparência, a proibição de testes em animais e um controlo mais rigoroso das importações.

O texto seguirá agora para aprovação em sessão plenária do Parlamento Europeu. As novas regras começarão a aplicar-se três anos e meio após a entrada em vigor do regulamento.

Pode obter [aqui](#) mais informações.

UE consolida-se como um dos maiores emissores de obrigações verdes do mundo

A União Europeia tornou-se um dos principais emissores mundiais de obrigações verdes. Esta foi a conclusão alcançada pelo Relatório Anual de Alocação e Impacto das Obrigações Verdes do NextGenerationEU (NGEU) de 2025, publicado esta semana. Desde o início do programa, já foram emitidos títulos verdes no valor de 78,5 mil milhões de euros, que já contribuíram para evitar a emissão de cerca de 14 milhões de toneladas de CO₂ por ano.

No âmbito dos planos de recuperação e resiliência, pelo menos 37% das despesas dos Estados-Membros destinam-se a investimentos sustentáveis, nomeadamente em infraestruturas verdes e energias renováveis. A plena execução dos projetos climáticos financiados pelo Mecanismo de Recuperação e Resiliência, avaliados em 262,8 mil milhões de euros, poderá reduzir as emissões de gases com efeito de estufa da União Europeia em 53,4 milhões de toneladas anuais, o equivalente a 1,5% das emissões totais registadas em 2022.

A Comissão Europeia reforçou o seu compromisso com a transparência relativa à emissão de obrigações verdes, assegurando que a aplicação dos fundos provenientes das obrigações verdes será acompanhada por relatórios anuais e por um painel de controlo online atualizado regularmente.

Pode obter [aqui](#) mais informações.

Comissão Europeia leva Portugal ao Tribunal por falhas na proteção da rede Natura 2000

A Comissão Europeia decidiu acionar Portugal no Tribunal de Justiça da União Europeia por não garantir avaliações adequadas de planos e projetos que possam afetar os sítios da rede Natura 2000, o que resulta numa violação da [Diretiva Habitats](#).

Da análise que fez, a Comissão considera que a legislação portuguesa permite contabilizar medidas compensatórias na fase de avaliação de impacto, o que contraria o direito da UE e enfraquece a proteção dos habitats naturais. Apenas após uma avaliação completa e independente é que um projeto pode ser aprovado, salvo exceções justificadas por interesse público superior.

Apesar de Portugal ter reconhecido a necessidade de alterar a legislação e de já ter recebido avisos formais em 2024 e 2025, não foram registados progressos concretos. Por esse motivo, a Comissão decidiu avançar com o processo para o Tribunal de Justiça da União Europeia.

Pode conhecer [aqui](#) mais pormenores sobre o processo em curso.

Comissão Europeia remete Portugal para o Tribunal de Justiça da União Europeia por falhas no tratamento de águas residuais urbanas

A Comissão Europeia decidiu remeter Portugal ao Tribunal de Justiça da União Europeia por incumprimento das regras relativas ao tratamento de águas residuais urbanas, previstas na [Diretiva para o Tratamento de Águas Residuais](#). A Comissão Europeia entende que várias aglomerações portuguesas continuam sem sistemas de recolha ou tratamento adequados, o que coloca em risco a saúde pública e a qualidade da água em Portugal.

Apesar de alguns progressos, permanecem 12 aglomerações fora de conformidade, incluindo locais onde as águas residuais são descarregadas sem tratamento suficiente ou sem o nível de purificação exigido para zonas sensíveis à eutrofização. A Comissão considera que os esforços das autoridades nacionais têm sido insuficientes, após já ter emitido pareceres fundamentados em 2023 e 2025.

Esta é a primeira vez que o caso é remetido ao Tribunal de Justiça da União Europeia, depois de Portugal não ter corrigido as infrações dentro dos prazos estabelecidos.

Pode saber [aqui](#) mais sobre o caso.

Economia circular: Conselho e Parlamento chegam a acordo sobre regras para a circularidade dos veículos e gestão de veículos no fim de vida

A presidência do Conselho e os representantes do Parlamento Europeu chegaram a um acordo provisório sobre o regulamento relativo aos requisitos de circularidade no design de veículos e na gestão de veículos fora de uso (ELVs). As novas regras irão substituir as duas diretivas existentes e definir requisitos para garantir que os novos veículos sejam concebidos de forma a apoiar a sua reutilização, reciclagem e valorização.

O novo regulamento é uma pedra angular do Acordo Verde Europeu e do plano de ação para a economia circular, visando a transição do setor automóvel para um modelo mais circular. Introduce medidas ao longo de todo o ciclo de vida dos veículos, desde a conceção e produção até ao tratamento no fim de vida, com o duplo objetivo de reforçar a proteção ambiental e assegurar o bom funcionamento do mercado único. Um foco importante é enfrentar o problema persistente dos 'veículos desaparecidos' através de medidas de rastreabilidade e controlo reforçadas.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre os principais elementos do acordo.

Coesão e solidariedade interna da UE

Grenoble Alpes Métropole e Aalborg são os vencedores dos Prémios de Capital Europeia da Inovação 2026

A Comissão Europeia anunciou Grenoble Alpes Métropole e Aalborg como vencedoras dos Prémios Capital Europeia da Inovação 2026 (iCapital). Apoiados pelo Horizonte Europa, os prestigiados prémios deste ano assinalam o décimo primeiro ano de celebração de cidades que se destacam na adoção de soluções inovadoras para melhorar a vida dos seus habitantes.

Grenoble Alpes Métropole recebeu o título de Capital Europeia da Inovação, recebendo um prémio de 1 milhão de euros. A cidade conquistou o primeiro lugar graças à sua abordagem inovadora ao desenvolvimento urbano sustentável, enfatizando soluções de energia renovável, infraestrutura inteligente e inovação orientada pela comunidade para enfrentar desafios ambientais e sociais.

Aalborg foi nomeada a Cidade Europeia Emergente e Inovadora, recebendo um prémio de 500 mil euros. Aalborg destacou-se por integrar eficazmente a tecnologia no planeamento urbano, promovendo um ecossistema de inovação vibrante que valoriza a colaboração entre diversos setores, incluindo educação, saúde e energia limpa.

Os prémios também reconheceram as cidades finalistas pelas suas contribuições excecionais para a inovação europeia. As cidades finalistas na categoria principal recebem 100 mil euros cada, enquanto as finalistas na categoria Cidade Emergente recebem 50 mil euros.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre estes prémios.

Inquérito Eurobarómetro mostra contínuo apoio público forte ao euro e ao Mecanismo de Recuperação e Resiliência

O apoio público ao euro continua muito forte, de acordo com o mais recente inquérito Eurobarómetro da Comissão Europeia. O inquérito revela que 79% dos inquiridos acreditam que ter o euro é bom para a UE, o que é consistente com os resultados do inquérito de 2024. Uma grande maioria (70%) dos inquiridos também acredita que é bom para o seu próprio país.

O inquérito constatou que a maioria dos inquiridos na área do euro acredita que o euro tornou as viagens mais fáceis e menos dispendiosas. Cerca de oito em cada dez inquiridos dizem que o euro tornou mais fácil comparar preços ao fazer compras em diferentes países da área do euro, incluindo online.

Além disso, os resultados mostram um elevado nível de apoio ao Mecanismo de Recuperação e Resiliência, o instrumento central do NextGenerationEU - o programa da Comissão pós-pandemia para apoiar a recuperação dos Estados-Membros, o crescimento económico e

tornar as suas sociedades mais sustentáveis, resilientes e prepará-las para a transição verde e digital. Esta abordagem obteve forte aprovação pública, com 67% dos inquiridos a apoiar a ideia de um plano de recuperação que apoie todos os Estados-Membros, desde que realizem investimentos e reformas verdes, digitais e sociais.

O inquérito também procurou conhecer a opinião dos cidadãos sobre certas questões relacionadas com moedas e notas de euro. Verificou-se que 61% dos inquiridos são a favor da abolição das moedas de 1 e 2 cêntimos de euro, refletindo um nível elevado e estável de apoio a esta iniciativa.

O inquérito Eurobarómetro foi realizado através de entrevistas a mais de 18.600 inquiridos de todos os 20 Estados-Membros da área do euro, entre 15 e 23 de setembro de 2025.

Os [resultados completos](#) estão disponíveis online.

Comissão liberta fundos do Fundo de Solidariedade da União Europeia para apoiar Áustria, Polónia e Chipre na recuperação de catástrofes naturais

A Comissão Europeia aprovou o desembolso final de 108 milhões de euros do [Fundo de Solidariedade da União Europeia](#) (FSUE) para apoiar a Áustria e a Polónia na recuperação das inundações que atingiram a Europa Central e Oriental no outono de 2024. Paralelamente, foi concedido um adiantamento de 2,3 milhões de euros a Chipre para enfrentar os danos provocados pelos incêndios florestais de julho de 2025.

A Áustria irá receber 32 milhões de euros, além de um adiantamento de 10 milhões pago em abril, enquanto a Polónia recebe 76 milhões de euros. Os montantes foram aprovados pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho da UE, após a análise dos pedidos formais de ambos os países, e destinam-se à recuperação de infraestruturas críticas, como sistemas de transporte, abastecimento de água e saneamento.

Quanto ao Chipre, o adiantamento destina-se a apoiar as primeiras ações de reconstrução em Limassol e Pafos, regiões que foram severamente afetadas por incêndios do verão. O país solicitou apoio financeiro em outubro de 2025, e o montante final será decidido depois da avaliação da Comissão e subsequente aprovação pelas instituições europeias.

Criado em 2002, o FSUE Fundo Solidariedade presta ajuda financeira imediata a Estados-Membros afetados por catástrofes naturais. Desde a sua criação, já mobilizou mais de 8,2 mil milhões de euros em resposta a mais de uma centena de desastres em toda a Europa, reforçando a solidariedade entre países da União.



Cultura e Comunicação

Campanha eleitoral do Parlamento Europeu vence Grande Prémio Eurobest de Eficácia Criativa

A campanha de comunicação do Parlamento Europeu para as eleições de 2024, intitulada “Pass It On – Use Your Vote” (Passe adiante – Use o seu voto), recebeu o Grande Prémio Eurobest de Eficácia Criativa, uma das distinções mais prestigiadas da indústria criativa europeia.

A campanha foi desenvolvida em cooperação com a agência NoA | &Co. e destacou-se pelo seu conceito inovador, pela dimensão pan-europeia e pelo impacto comprovado na mobilização dos cidadãos. Implementada nos 27 Estados-Membros, a campanha alcançou 339 milhões de visualizações completas, 1,06 mil milhões de impressões nas redes sociais e gerou um aumento de 45% na participação eleitoral entre quem a recordava — contribuindo para a maior afluência às urnas numa eleição europeia desde 1994.

No centro da campanha esteve um documentário de quatro minutos que reuniu avós e netos de diferentes países da UE em conversas sobre liberdade e responsabilidade democrática.

Além do Grande Prémio Eurobest, foi também distinguida com prémios internacionais como o D&AD Wood Pencil, o One Show Gold Pencil e dois Clio Awards de bronze.

Pode encontrar [aqui](#) mais informações.



Defesa e Segurança

Conselho da UE aprova Programa da Indústria Europeia de Defesa

O Conselho da União Europeia adotou formalmente o [Regulamento sobre o Programa da Indústria Europeia de Defesa](#) (EDIP), um novo instrumento destinado a reforçar a prontidão e autonomia da UE em matéria de defesa. A decisão marca a conclusão do processo legislativo e permite o início da implementação do programa.

Entre 2025 e 2027, o programa irá disponibilizar 1,5 mil milhões de euros em subvenções, incluindo 300 milhões destinados a um instrumento específico de apoio à Ucrânia, com o objetivo de modernizar a sua indústria de defesa e favorecer a sua integração na União Europeia.

O EDIP apoiará ações conjuntas de aquisição entre Estados-Membros, projetos industriais colaborativos, esforços para aumentar a capacidade de produção de produtos críticos e iniciativas para facilitar o acesso das PME e startups ao mercado da defesa. O programa

também introduz o primeiro quadro europeu de segurança do abastecimento, visando fortalecer a cadeia de fornecimento e reduzir dependências externas.

O regulamento será assinado no próximo dia 17 de dezembro de 2025 e entrará em vigor no dia seguinte à sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

Pode saber melhor [aqui](#) em que moldes irá funcionar o Programa da Indústria Europeia de Defesa.

Comissário europeu da Defesa acusa Trump de tentar dismantlar a unidade da UE

O comissário europeu da Defesa, Andrius Kubilius, criticou duramente a nova Estratégia de Segurança Nacional (NSS) dos Estados Unidos, divulgada recentemente pela administração de Donald Trump. Num [artigo](#) publicado no seu blogue, o Comissário europeu para a Defesa afirmou que o documento “surpreende pelo seu claro antagonismo em relação à União Europeia” e traduz uma tentativa deliberada de enfraquecer a coesão política e estratégica do bloco europeu.

Segundo o comissário, a estratégia norte-americana “redefine a Europa como um competidor civilizacional” e apresenta a integração europeia como uma ameaça à primazia global dos EUA. Kubilius considerou ainda que Washington não procura defender valores democráticos partilhados, mas sim impedir que a Europa se consolide como um ator geopolítico independente. «A unidade da UE é contrária aos interesses dos EUA», escreveu, descrevendo o novo enquadramento estratégico como parte de uma disputa pelo poder global.

Andrius Kubilius alertou ainda para o facto de que a retórica da administração Trump assinala uma mudança profunda no relacionamento transatlântico e exortou os Estados-Membros a reforçarem a cooperação em matéria de defesa, segurança e inovação tecnológica. Para o comissário, a resposta europeia deverá passar por uma “maior autossuficiência estratégica” e pela defesa dos valores e interesses comuns face a pressões externas.



Diplomacia e solidariedade externa da UE

UE aprova a imobilização indefinida dos ativos russos

Os países da UE, segundo o EURACTIV, concordaram em imobilizar indefinidamente os ativos soberanos russos na passada quinta-feira, removendo um grande obstáculo para fornecer um “empréstimo de reparações” de 210 mil milhões de euros à Ucrânia.

A decisão da UE ocorreu um dia depois de o Primeiro-Ministro belga, Bart De Wever, questionar abertamente a legalidade da proposta da Comissão Europeia de congelar permanentemente os fundos de Moscovo com base numa disposição de emergência dos tratados da UE.

O recurso ao “Artigo 122”, formalmente sugerido pela Comissão na semana passada, é crucial para evitar que os ativos sejam devolvidos à Rússia se as sanções ao Kremlin forem levantadas, o que poderia deixar a Bélgica responsável por reembolsar centenas de mil milhões de euros a Moscovo caso o empréstimo avance. A grande maioria dos ativos está sediada na Euroclear, uma câmara de compensação com sede em Bruxelas.

Pode encontrar [aqui](#) o desenvolvimento da notícia.

Global Gateway: Conselho aprova lista de 256 projetos para 2026

O Conselho da União Europeia aprovou a [lista de projetos do programa Global Gateway para 2026](#), composta por 256 iniciativas nas áreas digital, de clima e energia, transportes, saúde, educação e investigação.

A lista não inclui a implementação de novos projetos no próximo ano, mas organiza e concentra os que já estão em curso. Com isto, o Conselho pretende facilitar o acompanhamento dos progressos dos projetos e demonstrar de forma mais clara os resultados do programa.

Comissão aprova programa de reformas da Bósnia-Herzegovina

A Comissão Europeia aprovou [positivamente o programa de reformas da](#) Bósnia-Herzegovina - um passo fundamental para libertar até 976,6 milhões de euros ao abrigo do Mecanismo para as Reformas e o Crescimento da UE.

A Comissão concluiu que o programa de reformas, apresentado em 30 de setembro de 2025, cumpre os objetivos do Regulamento Mecanismo para o Crescimento. Estabelece reformas prioritárias para acelerar as transições ecológica e digital, impulsionar o desenvolvimento do setor privado, reter talentos e reforçar os direitos fundamentais e o Estado de direito. Cabe agora à Bósnia-Herzegovina assinar e ratificar rapidamente o Acordo sobre o Mecanismo e o Acordo de Empréstimo. A atribuição de financiamento à Bósnia-Herzegovina, incluindo o pré-financiamento, só pode ter início quando estes acordos entrarem em vigor e estiverem preenchidas todas as condições.

O Plano de Crescimento para os Balcãs Ocidentais oferece um roteiro para aproximar as economias dos Balcãs Ocidentais da União Europeia. O Plano de Crescimento é de 6 mil milhões de euros para a região em investimentos, sendo o princípio tanto investimentos como reformas. Proporciona igualmente os trabalhos preparatórios para a adesão ao mercado único, permitindo aos cidadãos dos Balcãs Ocidentais colher alguns dos primeiros benefícios da integração na UE. A disponibilização de fundos dependerá do êxito da execução do programa de reformas,

abrangendo tanto as reformas no domínio dos princípios fundamentais como as reformas socioeconómicas, em estreita cooperação com a Comissão Europeia.

Com esta [aprovação](#), os seis parceiros dos Balcãs Ocidentais dispõem agora de programas de reformas e podem beneficiar do [mecanismo](#) à medida que avançam na via da adesão à UE.

UE e Catar iniciam negociações para Acordo de Parceria Estratégica

A União Europeia e o Catar [lançaram](#) oficialmente, no passado dia 6 de dezembro, as negociações para um [Acordo de Parceria Estratégica](#) (APE), durante uma reunião realizada em Doha entre a Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros, Kaja Kallas, e o primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros do Catar, Mohammed bin Abdulrahman bin Jassim Al Thani.

Esta iniciativa encontra-se alinhada com a [Comunicação Conjunta da UE de 2022](#), que delineou uma estratégia para uma parceria mais sólida com os países do Golfo, e com os resultados da [Cimeira UE-Conselho de Cooperação do Golfo de 2024](#), realizada em Bruxelas, onde ambas as regiões definiram uma agenda conjunta de cooperação.

O lançamento do processo visa aprofundar as relações políticas, económicas e de segurança entre as duas partes, reforçando o compromisso com a estabilidade e a cooperação regional. O acordo pretende estabelecer um quadro estruturado para a colaboração em áreas de interesse comum, como energia, transição verde e segurança.

Conselho da UE prolonga sanções à República Democrática do Congo até 2026

O Conselho da União Europeia decidiu prorrogar por mais um ano, até 12 de dezembro de 2026, as sanções individuais relativas à situação na República Democrática do Congo (RDC).

O Conselho da União Europeia decidiu prorrogar até 12 de dezembro de 2026 as medidas restritivas aplicadas em resposta à situação na República Democrática do Congo (RDC), no âmbito das ações da UE contra violações dos direitos humanos, obstrução de processos eleitorais e a sustentação de conflitos armados no país.

As sanções autónomas da UE abrangem agora 31 pessoas e duas entidades, incluindo congelamento de bens, proibição de disponibilização de fundos por cidadãos e empresas europeias, e restrições de viagem que impedem os visados de entrar ou transitar pelo território da União.

A decisão mantém em vigor o quadro de medidas autónomas da UE sobre a RDC, que poderá ser atualizado em função da evolução da situação no país.

Pode saber mais [aqui](#).

Apoio da UE à Bielorrússia atinge 200 milhões de euros desde as eleições fraudulentas de 2020

A Comissão Europeia anunciou um novo pacote de 30 milhões de euros destinado a apoiar os meios de comunicação independentes, a sociedade civil e as organizações de direitos humanos da Bielorrússia. Com esta decisão, o apoio total da União Europeia ao povo bielorrusso desde as eleições fraudulentas de 2020 ascende agora a 200 milhões de euros.

O anúncio foi feito pela Alta Representante e Vice-presidente da Comissão, Kaja Kallas, e pela Comissária europeia para o Alargamento Marta Kos, durante uma conferência de alto nível no Parlamento Europeu, que contou com a presença de Sviatlana Tsikhanouskaya, líder das forças democráticas bielorrussas.

O novo pacote foi desenvolvido em estreita colaboração com as forças democráticas e a sociedade civil e visa apoiar as vítimas da repressão, proteger jornalistas independentes e reforçar os esforços de responsabilização pelos abusos do regime de Aleksandr Lukashenka.

Apesar da recente libertação de alguns presos políticos na Bielorrússia, a UE insiste que todos os detidos por motivos políticos devem ser libertados incondicionalmente e poder viver sem intimidação. Segundo a Comissão, este novo apoio é essencial para preservar a esperança de uma transição democrática e reforçar a estabilidade e segurança europeias perante a repressão persistente do regime.

UE disponibiliza 2,4 milhões de euros para vítimas das inundações no Sri Lanka, Indonésia e Tailândia

A União Europeia [anunciou](#) a mobilização de 2,4 milhões de euros em ajuda humanitária de emergência para apoiar as populações afetadas pelas recentes inundações que devastaram o Sri Lanka, a Indonésia e a Tailândia. O financiamento visa garantir assistência imediata às comunidades mais vulneráveis, fornecendo abrigo, bens essenciais e apoio à reconstrução.

Do total anunciado, 1,8 milhões de euros destinam-se ao Sri Lanka, incluindo 500 mil euros canalizados através do Fundo de Emergência para Resposta a Catástrofes da Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Os restantes 600 mil euros serão atribuídos a operações humanitárias na Indonésia e na Tailândia, divididos igualmente entre ambos os países.

Além do apoio financeiro, a UE ativou o [Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia](#), através do qual Alemanha, França e Itália enviaram donativos e assistência técnica. Foram distribuídos mais de 8 mil artigos para abrigos, como tendas e colchões, e enviada uma equipa italiana de engenheiros. O Serviço de Gestão de Emergências Copernicus foi igualmente mobilizado para produzir mapas de cartografia rápida das zonas afetadas.

Em 2025, o apoio humanitário total da UE à região Ásia-Pacífico já atinge 87 milhões de euros, tendo já servido para cobrir os custos associados a diversas operações de resposta a catástrofes naturais, desde ciclones tropicais a inundações severas.

A UE e os Emirados Árabes Unidos iniciam negociações para um Acordo de Parceria Estratégica

A União Europeia e os Emirados Árabes Unidos (EAU) deram início às negociações para um Acordo de Parceria Estratégica, durante um encontro em Abu Dhabi entre a comissária europeia para o Mediterrâneo Dubravka Šuica e a ministra das Relações Exteriores dos Emirados Árabes Unidos Lana Nusseibeh.

O novo acordo visa aprofundar a cooperação política, económica e de segurança entre as duas partes, reforçando uma relação já sólida e baseada na [Comunicação Conjunta da UE de 2022](#) e na agenda definida na [Cimeira UE-Conselho de Cooperação do Golfo de 2024](#).

Segundo a Comissão, o Acordo de Parceria Estratégica irá permitir explorar novas oportunidades de colaboração bilateral e regional em domínios de interesse comum, com o objetivo de promover a estabilidade e a prosperidade na região do Golfo e nas regiões envolventes.

Economia, Comércio e Concorrência

Conselho e Parlamento Europeu acordam medidas para simplificar regras de sustentabilidade e reforçar a competitividade da UE

O Conselho da União Europeia e o Parlamento Europeu alcançaram um acordo provisório destinado a simplificar os requisitos de comunicação de informações sobre sustentabilidade e de diligência devida das empresas, com o objetivo de reduzir encargos administrativos e reforçar a competitividade europeia. O entendimento abrange a revisão das diretivas CSRD (relatórios de sustentabilidade das empresas) e CS3D (devida diligência em matéria de sustentabilidade).

No âmbito da CSRD, o acordo eleva o limiar de aplicabilidade para empresas com mais de 1 000 funcionários e volume de negócios superior a 450 milhões de euros, excluindo as PME cotadas. Foi também aprovada uma isenção temporária para as empresas que começaram a reportar em 2024, que ficarão dispensadas de obrigações adicionais nos exercícios de 2025 e 2026. As instituições financeiras foram igualmente isentas, e foi incluída uma cláusula de revisão sobre uma possível extensão do âmbito da diretiva.

Relativamente à CS3D, que trata das práticas de diligência devida, o limiar de aplicação sobe para 5 000 empregados e 1,5 mil milhões de euros de volume de negócios líquido, limitando as obrigações às maiores empresas com maior peso na cadeia de valor. As novas regras permitem que as empresas priorizem os riscos mais prováveis de impactos adversos e concentrem a análise nas áreas mais relevantes da atividade, com base em informações disponíveis, o que reduz o efeito cascata sobre pequenas empresas da cadeia de fornecimento.

O acordo elimina a obrigação de planos de transição climática, suprime a criação de um regime de responsabilidade civil harmonizado e fixa um teto máximo de sanções de 3% do volume de negócios global das empresas. O prazo de transposição da CS3D foi adiado por um ano, até julho de 2028, e as empresas terão de cumprir as novas exigências até julho de 2029.

O texto agora acordado segue para aprovação formal pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu, antes da sua adoção definitiva.

Pode saber [aqui](#) mais sobre o acordo alcançado.

Conselho (Competitividade), 8 de dezembro de 2025: principais resultados alcançados

Os ministros do mercado interno e da indústria reuniram-se em Bruxelas e realizaram três debates: sobre o relatório de simplificação de 2025; sobre a vigilância de produtos de comércio eletrónico; e sobre barreiras ao mercado.

Pode encontrar [aqui](#) informação mais detalhada sobre os resultados dos debates travados.

Comissão Europeia reforça controlos sobre produtos importados para a União Europeia

A Comissão Europeia anunciou um conjunto de medidas para reforçar os controlos sobre produtos alimentares, animais e vegetais que entram na União Europeia. A iniciativa, apresentada pelo Comissário para a Saúde e o Bem-Estar Animal, Olivér Várhelyi, surge após um diálogo de implementação com várias partes interessadas e visa garantir padrões elevados de segurança alimentar e concorrência justa para os produtores europeus.

Entre as ações anunciadas, destaca-se um aumento de 50% nas auditorias a países terceiros nos próximos dois anos e um reforço de 33% nas inspeções aos postos fronteiriços da UE. A Comissão também promete uma vigilância mais rigorosa sobre produtos e países não conformes, intensificando os controlos sempre que necessário e apoiando financeiramente os Estados-Membros responsáveis por esses procedimentos.

Será ainda criado um grupo de trabalho europeu dedicado à eficiência dos controlos de importação, com foco em resíduos de pesticidas, segurança alimentar e bem-estar animal. Este grupo poderá também lançar ações coordenadas de monitorização de determinados produtos importados. Além disso, está prevista a formação de cerca de 500 funcionários nacionais e a atualização das regras de importação relativas a vestígios de pesticidas perigosos, de modo a alinhar a legislação europeia com as normas internacionais mais recentes.

Pode conhecer [aqui](#) melhor as medidas anunciadas.

Declaração da Vice-presidente Executiva Virkkunen e do comissário McGrath sobre o Dia Internacional contra a Corrupção

A Vice-Presidente Executiva da Comissão Europeia Henna Virkkunen e o Comissário europeu para o Estado de Direito e Proteção do Consumidor Michael McGrath emitiram uma declaração conjunta, a propósito do Dia Internacional contra a Corrupção.

Pode consultá-la [aqui](#).

Grandes empresas representam 0,2% das empresas da UE, mas geram mais de metade do volume de negócios

Segundo dados divulgados esta semana pela agência Eurostat, em 2024, a União Europeia contava com 33,5 milhões de empresas, que empregavam 164,2 milhões de pessoas e registaram um volume de negócios líquido total de 38,7 biliões de euros.

As grandes empresas, com mais de 249 trabalhadores, representavam apenas 0,2% do número total de empresas na economia empresarial da UE (cerca de 55 mil), mas geraram 51,3% do volume de negócios (19,9 biliões de euros) e empregavam 36,3% dos trabalhadores (59,7 milhões). As médias empresas (50 a 249 funcionários) representavam 0,8% do número total de empresas da economia europeia, com 24,9 milhões de empregados e 17,2% do volume de negócios. Já as micro e pequenas empresas, que constituíam 99% das empresas europeias, empregavam 80 milhões de pessoas e respondiam por 31,5% do volume de negócios.

Entre os setores, os serviços foram os mais relevantes em 2024, com 12,6 biliões de euros de volume de negócios e mais de 86 milhões de trabalhadores, representando mais de metade do emprego empresarial europeu. A indústria gerou 31,7% do volume de negócios total (12,3 biliões de euros), enquanto o comércio atingiu 29,7% (11,5 biliões) e a construção contribuiu com 6% (2,3 biliões).

Pode aceder [aqui](#) aos dados da estatística com mais detalhe.

Portugal distinguido como “Economia do Ano” de 2025 pela revista *The Economist*

Portugal foi eleito “Economia do Ano” de 2025 pela revista britânica *The Economist*, que avaliou o desempenho das 36 economias mais ricas do mundo com base em quatro indicadores: inflação, crescimento do produto interno bruto (PIB), emprego e evolução dos mercados financeiros. O país ficou à frente da Irlanda e de Israel, com Espanha e Colômbia a partilharem o quarto lugar do ranking.

A publicação salientou a robustez da economia portuguesa. Destacou ainda o desempenho financeiro do país, com o mercado bolsista nacional a registar uma valorização superior a 20% em 2025. Outros dados revelados na avaliação realizada apontam para uma conjugação equilibrada entre o controlo da inflação e o crescimento económico moderado, fatores que contribuíram para a posição de liderança de Portugal.

O artigo indica também uma tendência de recuperação sólida nas economias do sul da Europa, com a Grécia e a Espanha entre os primeiros classificados, após um período de dificuldades prolongadas na década de 2010. Em contraste, alguns países da Europa Central e do Norte, como a Eslováquia, a Finlândia e a Estónia, ficaram nas últimas posições do ranking.

O governo português prevê alcançar um crescimento económico de 2% até ao final do ano de 2025 e registar um crescimento económico de 2,3% em 2026.

Comissão celebra os vencedores da quarta edição do Prémio da UE para a Segurança dos Produtos

A Comissão Europeia anunciou os vencedores do [Prémio da UE para a Segurança dos Produtos](#) 2025. O Prémio incentiva e homenageia iniciativas empresariais inovadoras e projetos de investigação que melhorem a segurança dos consumidores para além dos requisitos legais. Foram atribuídos prémios separados às pequenas e médias empresas (PME), às grandes empresas e aos investigadores.

De dois em dois anos, este prémio celebra as empresas e os investigadores que contribuem para reforçar a proteção dos consumidores em toda a UE. Visa sensibilizar os consumidores para o seu direito a produtos seguros e inspirar outras empresas e investigadores a reforçar a proteção dos consumidores nas suas ações quotidianas.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre os vencedores do Prémio de Segurança dos Produtos 2025.

Deputados europeus propõem novo quadro da UE para empresas inovadoras

A Comissão dos Assuntos Jurídicos (JURI) do Parlamento Europeu [aprovou](#), com 18 votos a favor, 4 contra e 1 abstenção, um conjunto de recomendações para criar um novo quadro jurídico da União Europeia destinado a apoiar empresas inovadoras. A proposta, conhecida como “[28.º regime empresarial](#)”, visa estabelecer uma estrutura empresarial harmonizada para toda a UE, capaz de simplificar o funcionamento e a mobilidade transfronteiriça das pequenas e médias empresas, incluindo startups e scaleups.

O plano prevê a criação da Sociedade Europeia Unificada (S.EU), uma nova forma societária de responsabilidade limitada que poderá ser registada digitalmente em 48 horas, com capital mínimo de um euro e possibilidade de transferir a sede para outro país da UE sem recorrer à dissolução ou restabelecimento da empresa. O sistema contará ainda com um portal digital multilíngue para facilitar a comunicação com autoridades e investidores.

Entre as prioridades estão também o acesso a modelos de financiamento alternativos, o reforço da participação financeira dos trabalhadores através de planos de ações, e mecanismos especializados de resolução rápida de litígios.

O relatório será votado numa das próximas sessões plenárias do Parlamento Europeu.

Conselho aprova simplificação do programa InvestEU para reforçar competitividade europeia

O Conselho da União Europeia aprovou de forma definitiva a revisão do regulamento do programa InvestEU, no âmbito do pacote legislativo “Omnibus II”, destinado a simplificar os programas de investimento da UE. As novas regras procuram aumentar a capacidade de investimento e reforçar a competitividade da economia europeia, mobilizando mais capital público e privado.

A simplificação do programa InvestEU irá também servir para apoiar outras políticas estratégicas da União, como a Bússola da Competitividade, o Pacto Industrial Limpo, a política industrial de defesa e a mobilidade militar. A reforma no programa também visa facilitar a participação dos Estados-Membros e reduzir a burocracia administrativa.

Entre as principais mudanças previstas com a simplificação, destaca-se o reforço da garantia da UE em 2,9 mil milhões de euros, cujo valor total será elevado para 29,1 mil milhões. A revisão do programa abre ainda a porta à possibilidade de combinar esta garantia com fundos remanescentes de iniciativas anteriores, como o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE), o Mecanismo Interligar a Europa (MIE) e o InnovFin.

O novo regulamento prevê ainda poupanças administrativas estimadas em 350 milhões de euros, uma definição atualizada de PME e relatórios menos frequentes, que passam de semestrais a anuais.

O ato legislativo será publicado em breve no *Jornal Oficial da UE* e entrará em vigor no dia seguinte à sua publicação.

Pode conhecer [aqui](#) mais detalhes sobre a simplificação aprovada.

UE alcança acordo político para reforçar controlo do investimento estrangeiro direto

O Conselho da União Europeia e o Parlamento Europeu alcançaram um acordo político provisório para atualizar o regulamento sobre o controlo do investimento direto estrangeiro (IDE). O objetivo é fortalecer a capacidade da UE para detetar e gerir riscos associados a certos investimentos, sem comprometer a sua abertura ao comércio e ao investimento globais.

O novo regulamento obriga todos os Estados-Membros a disporem de mecanismos mínimos de controlo aplicáveis a setores considerados estratégicos, como tecnologias avançadas, matérias-primas críticas e infraestruturas essenciais. Mantém-se, contudo, a autonomia nacional na decisão de autorizar ou vetar investimentos, com maior transparência e coordenação entre países e a Comissão Europeia.

Entre as melhorias operacionais incluem-se uma base de dados partilhada para troca de informações e, eventualmente, um portal eletrónico comum para registo de investimentos.

O texto final será agora submetido à aprovação formal do Conselho e do Parlamento, prevendo-se a aplicação das novas regras 18 meses após a sua entrada em vigor.

Pode obter [aqui](#) mais informações sobre o acordo alcançado.

Comissão Europeia propõe medidas para reduzir disparidades fiscais e reforçar a competitividade na UE

A Comissão Europeia [divulgou](#) o seu primeiro relatório “[Atenção às diferenças](#)”, que avalia as disparidades fiscais entre os Estados-Membros e propõe ações para reforçar a equidade e a competitividade na União Europeia. O documento amplia o trabalho anterior sobre o IVA, passando agora a incluir também a tributação direta, como o imposto sobre o rendimento das sociedades.

Segundo o relatório, as lacunas fiscais por incumprimento e fraude continuam elevadas, totalizando 128 mil milhões de euros em receitas de IVA perdidas em 2023. No caso do imposto sobre o rendimento das sociedades, a lacuna média de conformidade estimada situa-se em 10,9% das receitas cobradas. Estes valores, segundo Bruxelas, demonstram a necessidade de reforçar as administrações fiscais e modernizar as políticas públicas.

A Comissão sublinha que corrigir estas disparidades exige ação coordenada, combinando a melhoria das competências e do uso de dados pelas autoridades fiscais com a revisão de políticas fiscais pouco eficientes. O relatório é acompanhado de dois estudos técnicos que detalham as perdas reais de receitas fiscais e identificam áreas prioritárias de intervenção em cada Estado-Membro.

Declaração do Eurogrupo sobre os projetos de planos orçamentais dos Estados-membros para 2026

O Eurogrupo emitiu uma declaração sobre os projetos de planos orçamentais para 2026, na qual destaca que a economia da zona euro cresceu mais do que o esperado em 2025 e está preparada para um crescimento moderado em 2026, mas enfrenta riscos decorrentes da incerteza global, enquanto os défices públicos e a dívida estão a aumentar acentuadamente.

Na declaração, o Eurogrupo também acolheu favoravelmente os planos orçamentais para 2026 da maioria dos países, por estarem em conformidade com as regras orçamentais da UE.

Pode aceder [aqui](#) à declaração publicada na íntegra.

UE introduz direitos aduaneiros sobre encomendas de comércio eletrónico de baixo valor a partir de 1 de julho de 2026

O Conselho da União Europeia informou que, a partir de 1 de julho de 2026, será aplicado um direito aduaneiro fixo de 3 euros sobre pequenas encomendas com valor inferior a 150 euros que entrem na UE, principalmente via comércio eletrónico. A medida, temporária, visa enfrentar

a ausência de direitos aduaneiros nessas remessas, que atualmente favorece a concorrência desleal para vendedores da UE, além dos riscos que gera associados à saúde e segurança dos consumidores, fraude e preocupações ambientais.

O direito incidirá sobre mercadorias que entram na UE em pequenas remessas e para as quais os vendedores não pertencentes à UE estão registados no balcão único de importação (IOSS) para efeitos de IVA, cobrindo cerca de 93% dos fluxos de comércio eletrónico para a UE.

A medida permanece até a conclusão de um acordo permanente, acordado em novembro de 2025, que elimine o limiar de isenção de direitos aduaneiros entre em vigor. Quando esse acordo entrar em vigor, mercadorias com valor inferior a 150 euros passarão a estar sujeitas às tarifas normais da UE para produtos individuais. A Comissão irá realizar avaliações periódicas para verificar se a taxa deve ser estendida a mercadorias vendidas por comerciantes não registados no IOSS.

Pode saber mais [aqui](#).

Educação

Eurobarómetro: 78% dos europeus querem competências digitais no mesmo nível que matemática e leitura

Um novo inquérito do Eurobarómetro [revela](#) que a esmagadora maioria dos europeus considera fundamental integrar as competências digitais na educação ao mesmo nível que as disciplinas tradicionais. Segundo os resultados do questionário, 78% dos inquiridos defendem que as escolas devem dar a mesma atenção às competências digitais que à leitura, matemática e ciências.

O inquérito mostra ainda que 92% dos cidadãos da UE acreditam que as escolas têm um papel essencial no ensino sobre os impactos das tecnologias digitais na saúde mental e no bem-estar, enquanto 80% consideram que a literacia digital é crucial para combater a desinformação online. A formação dos professores é também vista como prioritária: 89% dos europeus defendem que todos os docentes devem estar preparados para ensinar os alunos a distinguir informação verdadeira de informação falsa no ambiente digital.

Quanto ao uso de tecnologia nas escolas, os dados revelam um equilíbrio entre cautela e abertura. Embora 69% apoiem a proibição de smartphones nas salas de aula, 87% são favoráveis ao uso de ferramentas digitais especificamente concebidas para a aprendizagem. Relativamente à inteligência artificial, mais de metade dos inquiridos reconhece tanto os benefícios como os desafios da sua aplicação no ensino.

O inquérito, realizado online em maio de 2025 junto de mais de 25 mil cidadãos dos 27 Estados-Membros, servirá de base para o pacote de medidas em matéria de educação digital que a Comissão Europeia irá incluir no “Roteiro para 2030 sobre o futuro da educação e das competências digitais”, a adotar em 2026.

Energia

Comissão Europeia propõe modernização das redes energéticas para reduzir custos e reforçar a independência da UE

A Comissão Europeia apresentou o Pacote Europeu de Redes Energéticas e a iniciativa “Autoestradas da Energia”, que visam modernizar e ampliar as infraestruturas energéticas da União Europeia. O objetivo é permitir uma circulação mais eficiente da energia entre os Estados-Membros, facilitar a integração de fontes limpas e baratas e apoiar a eletrificação em toda a economia. Estas medidas deverão contribuir para reduzir as contas de energia, reforçar a segurança do abastecimento e acelerar a independência energética da Europa face às importações de energia da Rússia.

O pacote introduz uma abordagem europeia ao planeamento das infraestruturas, que propõe acelerar os procedimentos de licenciamento e mecanismos mais equitativos de partilha de custos entre países e consumidores. Prevê ainda novas formas de financiamento, incluindo o agrupamento de projetos, que poderão atrair investimento privado adicional.

As oito “autoestradas da energia” identificadas pela Comissão respondem às necessidades mais urgentes em matéria de ligação e transporte de energia, sendo consideradas de importância estratégica para completar o projeto europeu da [União da Energia](#). A Comissão compromete-se a acelerar a sua implementação através de uma coordenação política reforçada e do apoio direto aos Estados-Membros para priorizar os projetos a nível nacional e europeu.

As propostas legislativas seguem agora para análise pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho. Paralelamente, a Comissão continuará a colaborar com governos e partes interessadas na execução dos principais projetos transfronteiriços de energia e na aceleração do licenciamento de iniciativas de energias renováveis, armazenamento e mobilidade elétrica.

Pode encontrar [aqui](#) mais informações.

Estado de Direito, Democracia e Cidadania

25 anos da Carta dos Direitos Fundamentais – salvaguardar as nossas liberdades e valores

[A Carta dos Direitos Fundamentais](#) está no cerne da União Europeia, enunciando os direitos fundamentais de que todos gozam na nossa União. Antes do seu 25.º aniversário a Comissão Europeia publicou o [relatório anual de 2025 sobre a aplicação da Carta na UE, que analisa tudo o](#) que foi feito até à data para reforçar e reforçar a sua aplicação desde 2020.

Proclamada em 2000, a Carta dos Direitos Fundamentais defende os valores fundadores da dignidade, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito e do respeito pelos direitos humanos – valores fundamentais das nossas vidas. A Carta reúne os nossos direitos civis, políticos, económicos e sociais e tornou-se o guia essencial da UE para garantir o respeito dos direitos fundamentais em todos os domínios de intervenção e ações da UE.

Em 2020, a [estratégia para reforçar a aplicação da Carta na UE](#) estabeleceu um programa global de ação da Comissão, dos Estados-Membros, da sociedade civil e de outros parceiros para garantir o respeito dos valores da Carta. Em conformidade com a estratégia, a Comissão apresenta anualmente um relatório sobre a aplicação da Carta.

O relatório deste ano constitui uma importante oportunidade para fazer o balanço dos progressos realizados na aplicação da estratégia da Carta. O relatório apresenta uma panorâmica das medidas tomadas entre 2020 e 2025 para reforçar a aplicação da Carta a nível da UE e dos Estados-Membros. O relatório conclui que a maior parte dos compromissos políticos da estratégia da Carta foram cumpridos, o que resultou num reforço da cooperação com os Estados-Membros, num maior apoio à sociedade civil e aos organismos independentes de defesa dos direitos fundamentais, numa maior sensibilização e formação específica dos profissionais da justiça e num reforço da utilização da Carta nos processos legislativos. A Comissão continuou a apoiar os esforços para criar e manter um ambiente propício aos intervenientes que apoiam a aplicação dos valores e dos direitos fundamentais da UE, nomeadamente através de financiamento.

O relatório destaca igualmente os desafios que subsistem e identifica os domínios em que são necessários mais esforços. Embora a sensibilização para a Carta tenha aumentado nos últimos anos, esta continua a ser baixa entre o público. É igualmente necessário um reforço sustentado das capacidades, um melhor acesso à informação e um controlo e execução mais rigorosos, a fim de assegurar a aplicação coerente da Carta a todos os níveis. O relatório estabelece medidas a nível nacional e da UE para continuar a apoiar a aplicação da Carta entre 2026 e 2030 e mais além.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação.

Os eurodeputados defendem um impulso renovado na reforma da Lei Eleitoral Europeia

A Comissão dos Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu adotou (17 votos a favor, sete contra, três abstenções) um relatório que apela a um novo impulso na reforma do Ato Eleitoral Europeu.

Os deputados destacam que as eleições europeias continuam a ser realizadas em grande parte ao abrigo de quadros nacionais, concebidos numa fase da integração europeia marcadamente diferente e que já não correspondem ao papel reforçado e aos poderes legislativos do Parlamento Europeu. Reiteram que o caminho para a europeização das regras relevantes beneficiaria de um maior fortalecimento, nomeadamente no que diz respeito à acessibilidade para grupos desfavorecidos, prazos comuns para listas eleitorais, prevenção do voto duplo e à promoção da visibilidade e do papel dos partidos políticos europeus. No entanto, o progresso tem estagnado em relação às reformas pendentes.

Para ajudar a construir uma esfera pública genuinamente europeia, o relatório apela à visibilidade obrigatória dos partidos políticos europeus nos boletins de voto e nos materiais de campanha, de modo a que os cidadãos possam conscientemente votar num partido que pertença ao seu grupo político preferido no Parlamento - um elemento incluído como medida opcional na reforma de 2018 e que não foi implementado por nenhum país da UE. Os eurodeputados recordam também que a situação dos cidadãos da UE com dupla nacionalidade não foi resolvida, o que pode resultar em várias complicações administrativas ou legais para os eleitores.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação.

A UE reforça a proteção e o apoio às vítimas de crimes

O Conselho e o Parlamento Europeu acordaram provisoriamente uma atualização da lei da UE de 2012 sobre os direitos, o apoio e a proteção das vítimas de crimes. A nova lei facilitará que uma vítima que denuncie um crime, obtenha apoio através de linhas de ajuda, receba assistência dos serviços de apoio e tenha acesso a informações sobre os seus direitos.

O acordo provisório alcançado terá agora de ser formalmente adotado pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre os principais elementos do acordo agora alcançado.

Pacote de procedimentos de infração de dezembro: principais decisões

No âmbito do seu pacote regular de decisões relativas aos procedimentos de infração, a Comissão Europeia age legalmente contra vários Estados-Membros por não cumprirem as obrigações que lhes incumbem por força do direito da UE. Essas decisões abrangem vários domínios políticos da UE e visam assegurar a correta aplicação do direito da UE em benefício dos cidadãos e das empresas. As principais decisões tomadas pela Comissão, bem os casos entretanto encerrados podem ser consultados [aqui](#).

Saragoça vence Prémio Cidade Acessível 2026 por liderar o caminho em matéria de acessibilidade para pessoas com deficiência

Saragoça (Espanha) ganhou o [Prémio Cidade Acessível 2026](#), pelos seus esforços notáveis para tornar a cidade acessível às pessoas com deficiência. A cidade adota uma abordagem baseada nos direitos, baseada na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. A sua infraestrutura de acessibilidade é composta por regras municipais abrangentes em matéria de acessibilidade, um plano estratégico claro com metas, calendários e orçamento, e uma governação sólida através de um gabinete de acessibilidade específico e de um conselho formal para a acessibilidade.

Saragoça está também a liderar a garantia da plena participação das pessoas com deficiência na sociedade, com transportes públicos acessíveis, espaços públicos e serviços digitais. Por exemplo, dispõe de uma rede de elétricos totalmente acessível, de extensas rotas pedonais sem degraus, de iniciativas bancárias e comerciais inclusivas e de sítios Web e aplicações móveis acessíveis certificados que contribuíram significativamente para tornar Saragoça mais acessível e inclusiva para as pessoas com deficiência. A habitação é uma força particular, com iniciativas como o projeto Flumen, que proporciona casas inclusivas e acessíveis que promovem uma vida independente e a inclusão social.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre outras cidades premiadas ou que receberam uma menção especial.

Política de asilo: Conselho avança com novas regras sobre países de origem seguros e países terceiros seguros

O Conselho da União Europeia aprovou a sua posição sobre dois atos legislativos que reforçam a aplicação dos conceitos de “país de origem seguro” e “país terceiro seguro” no quadro europeu de asilo. As novas medidas fazem parte do Pacto sobre Migração e Asilo e visam tornar os procedimentos mais rápidos e eficazes para quem não necessita de proteção internacional na UE.

O regulamento que revê o conceito de país terceiro seguro alarga as circunstâncias em que um pedido de asilo pode ser considerado inadmissível, permitindo a sua aplicação mesmo sem ligação direta entre o requerente e o país, e com base em acordos com países terceiros, excetuando casos de menores não acompanhados. Segundo o regulamento, o requerente de asilo deixará de ter o direito automático de permanecer na UE durante o recurso, embora possa solicitar essa permanência a um tribunal.

Ao mesmo tempo, o Conselho chegou a acordo sobre a primeira lista comum da UE de países de origem seguros, que incluirá países como Bangladesh, Colômbia, Egito, Índia, Kosovo, Marrocos e Tunísia. Os países candidatos à adesão à UE também serão considerados seguros, salvo em situações de conflito, violações de direitos ou elevadas taxas de concessão de asilo. A Comissão poderá suspender essa designação, de forma total ou parcial, quando justificado.

As novas regras irão permitir aos Estados-Membros aplicar procedimentos acelerados na fronteira ou em zonas de trânsito. Além disso, o Conselho aprovou antecipar a aplicação de determinadas disposições do Pacto sobre Migração e Asilo, inicialmente previstas para junho de 2026, e poderá agora iniciar negociações com o Parlamento Europeu para concluir o texto final das novas leis.

Pode saber mais [aqui](#).

Conselho da UE aprova criação do fundo de solidariedade para 2026 no âmbito do Pacto sobre Migração e Asilo

O Conselho da União Europeia alcançou um acordo político sobre a criação do fundo de solidariedade de 2026, um dos elementos centrais do Pacto da UE sobre Migração e Asilo, que entrará em vigor em 12 de junho de 2026. Este instrumento visa apoiar os Estados-Membros sob maior pressão migratória e reforçar o equilíbrio e a cooperação no sistema europeu de asilo.

Para 2026, o fundo prevê um volume equivalente a 21 000 relocalizações ou 420 milhões de euros em contribuições financeiras. As medidas de solidariedade poderão assumir a forma de relocalizações, apoio financeiro direto ou ações alternativas, ficando ao critério de cada Estado-Membro decidir a combinação das suas contribuições.

De acordo com a avaliação da Comissão Europeia, Chipre, Grécia, Itália e Espanha foram identificados como países sob pressão migratória direta e serão os principais beneficiários das medidas de solidariedade. Áustria, Bulgária, Croácia, Chéquia, Estónia e Polónia poderão solicitar deduções às suas contribuições, devido à pressão acumulada em anos anteriores.

Após o acordo político, o Conselho deverá adotar formalmente a decisão de implementação até 31 de dezembro de 2025, concluindo o processo preparatório e permitindo que o fundo entre em funcionamento em 2026.

Pode encontrar [aqui](#) mais informações.

Conselho da UE aprova posição sobre novas regras para o regresso de migrantes em situação irregular

O Conselho da União Europeia chegou a um acordo político sobre uma legislação que visa acelerar e simplificar os procedimentos de regresso de nacionais de países terceiros em situação irregular. O novo regulamento cria regras comuns à escala da UE, reforça a cooperação entre Estados-Membros e permite a criação de centros de regresso em países terceiros, desde que cumpram as normas internacionais de direitos humanos.

As novas medidas estabelecem obrigações mais rigorosas para as pessoas em situação irregular, incluindo a cooperação com as autoridades, a entrega de documentos de identidade e dados biométricos e a obrigação de deixar o território da UE. Quem não cumprir poderá enfrentar sanções, como a perda de benefícios, a retirada de autorizações de trabalho ou penas de prisão, conforme definido pelos Estados-Membros.

O regulamento introduz ainda o Mandado de Regresso Europeu (ERO), que facilitará o reconhecimento mútuo das decisões de regresso entre Estados-Membros através da sua integração no Sistema de Informação Schengen. Esta medida permitirá executar uma decisão de regresso emitida por outro país da UE sem iniciar um novo processo administrativo.

O texto agora aprovado servirá de base para as negociações com o Parlamento Europeu, com o objetivo de adotar a versão final da legislação nos próximos meses.

Pode saber mais [aqui](#).

Comissão Europeia acolhe Segunda Conferência Internacional da Aliança Global contra o Tráfico Ilícito de Migrantes

A Comissão Europeia acolheu esta semana em Bruxelas a Segunda Conferência Internacional da Aliança Global contra o Tráfico Ilícito de Migrantes, que reuniu mais de 80 delegações de Estados-Membros da UE, parceiros internacionais e organizações internacionais. O encontro contou com a presença da presidente da Comissão Europeia Ursula von der Leyen, que destacou o empenho comum da União na luta contra o contrabando de migrantes e na proteção das pessoas mais vulneráveis.

Durante a conferência, mais de 50 parceiros aprovaram uma declaração conjunta que define um roteiro de ação assente em três pilares: prevenir o contrabando através do reforço legislativo e do combate à utilização de meios digitais e transportes comerciais; reforçar a cooperação operacional ao longo das rotas migratórias, com um papel acrescido para a Europol; e promover vias seguras e regulares de migração, tanto nos países de origem como nos de destino.

Desde a criação da Aliança Global, em 2023, a UE e os seus parceiros registaram progressos significativos na interrupção das atividades das redes criminosas, o que contribuiu para uma redução de 26% das passagens irregulares nas fronteiras externas da União. No plano legislativo, a UE avançou com o reforço do mandato da Europol, medidas para travar o uso indevido do transporte aéreo e o desenvolvimento de um novo regime de sanções destinado a contrabandistas e traficantes.

Além disso, a Comissão anunciou que irá realizar novos investimentos, no valor de 128,9 milhões de euros, para reforçar a cooperação policial e judicial com países parceiros e mais de 400 milhões de euros para apoiar vias de migração legal, programas de regresso voluntário e iniciativas para os jovens em regiões prioritárias.

Paralelamente, a Comissão continuará a apoiar o Parlamento Europeu e o Conselho nas negociações relativas à proposta de diretiva que define regras mínimas para prevenir e combater a facilitação da entrada, do trânsito e da permanência irregulares na União Europeia.

Pode saber mais sobre os resultados do evento [aqui](#).

UE mantém proteção temporária a 4,3 milhões de pessoas provenientes da Ucrânia

De acordo com uma estatística publicada pelo Eurostat, até 31 de outubro de 2025, cerca de 4,3 milhões de cidadãos ucranianos beneficiavam de proteção temporária na União Europeia. Este número representa uma ligeira redução de 6 170 pessoas em relação ao final de setembro, o equivalente a uma variação de -0,1%.

A Alemanha continua a ser o principal país de acolhimento para pessoas provenientes da Ucrânia, com 1 229 960 beneficiários (28,6% do total da UE), seguida pela Polónia, com 965 005 pessoas (22,5%), e pela Chéquia, com 393 005 (9,1%). Juntos, os três países acolhem mais de 60% das pessoas sob proteção temporária na União.

Durante o mês de outubro, os Estados-Membros emitiram 74 175 novas decisões de concessão de proteção temporária — o segundo maior número mensal de 2025, logo após setembro (79 525). Esta tendência está associada à decisão do governo ucraniano, adotada no final de agosto, que permite a saída do país de homens entre os 18 e os 22 anos.

As maiores taxas de beneficiários por mil habitantes foram observadas na Chéquia (36 beneficiários/1000 hab.), na Polónia (26,4 beneficiários/1000 hab.) e na Estónia (25,5 beneficiários/1000 hab.), enquanto a média da UE se fixou em 9,5 beneficiários por 1000 habitantes. Entre os beneficiários, 98,4% são cidadãos ucranianos; 43,8% são mulheres adultas, 30,8% são menores e 25,5% são homens adultos.

O regime de proteção temporária baseia-se na [Decisão de Execução 2022/382 do Conselho](#), adotada em março de 2022, após o início da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia. Em junho de 2025, o Conselho prorrogou a sua aplicação até 4 de março de 2027.

UE reforça direitos das vítimas com regras mais rigorosas

A Comissão Europeia saudou o acordo político alcançado entre o Parlamento Europeu e o Conselho sobre a revisão da Diretiva relativa aos direitos das vítimas, que visa garantir melhor apoio, proteção e acesso à justiça em toda a União Europeia.

As novas regras introduzem medidas concretas como linhas de apoio às vítimas, maior facilidade na denúncia de crimes online e apoio emocional e jurídico reforçado, incluindo espaços dedicados nos tribunais e apoio psicológico alargado. De acordo com as normas revistas,

as crianças vítimas passarão igualmente a ter melhores condições de acesso à justiça. A reforma prevê ainda uma proteção mais robusta dos dados pessoais e um acesso facilitado à indemnização, bem como formação adicional para forças policiais, juizes e procuradores, de modo a garantir respostas mais eficazes e sensíveis às necessidades das vítimas.

Em vigor desde 2015, a [Diretiva relativa aos direitos das vítimas](#) já representava um avanço importante no acesso à informação e aos serviços de apoio. No entanto, uma avaliação realizada pela Comissão em 2022 constatou a presença de lacunas na sua aplicação, especialmente no que diz respeito à proteção efetiva dos direitos das vítimas. A revisão agora acordada procura colmatar essas falhas e garantir uma resposta mais harmonizada, e eficiente no apoio às vítimas em toda a União Europeia.



Instituições & União Europeia

Conselho Europeu de 18 e 19 de dezembro - Carta-convite do Presidente António Costa aos membros do Conselho Europeu

O Presidente do Conselho Europeu António Costa dirigiu uma carta de convite aos chefes de governo dos 27 Estados-membros para participar na próxima reunião do Conselho Europeu, que será realizada de 18 a 19 de dezembro.

Nesta reunião do Conselho, serão abordados temas como o próximo Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034, a situação na Ucrânia, no Médio Oriente e a competitividade da UE.

Pode consultar [aqui](#) a carta.

Eleito novo presidente do Eurogrupo

O Eurogrupo [elegeu](#) Kyriakos Pierrakakis, ministro da Economia e Finanças da Grécia, como presidente do Eurogrupo, em conformidade com o Protocolo n.º 14 dos Tratados da EU. O novo presidente assumirá o cargo a partir de 12 de dezembro de 2025 e terá um mandato de dois anos e meio.

A primeira reunião do Eurogrupo sob a presidência de Kyriakos Pierrakakis está prevista para 19 de janeiro de 2026.

Declaração conjunta da Alta Representante da UE, da Comissária do Mediterrâneo e da Comissária para a Gestão de Crises no primeiro ano da queda do regime de Bashar al-Assad

A Alta Representante da UE Kaja Kallas, a Comissária para o Mediterrâneo Dubravka Šuica e a Comissária para a Igualdade, Preparação e Gestão de Crises Hadja Lahbib emitiram uma declaração conjunta, na celebração do primeiro aniversário da queda do regime de Bashar al-Assad na Síria.

Pode aceder [aqui](#) à declaração na íntegra.



Investigação e inovação científica, ciência

Comissão Europeia investe 14 mil milhões de euros para impulsionar a investigação e a inovação na Europa

A Comissão Europeia [anunciou](#) um investimento de 14 mil milhões de euros ao abrigo do [programa Horizonte Europa 2026-2027](#), destinado a reforçar a liderança da UE em investigação e inovação. O novo programa tem como principais objetivos acelerar a transição climática, promover o uso ético da inteligência artificial e aumentar a resiliência europeia face a novos desafios globais.

Entre as inovações destacam-se os convites interdisciplinares à apresentação de propostas, que abordam temas como a descarbonização industrial e o uso da IA em setores estratégicos. A iniciativa “[Escolha a Europa](#)” será expandida para atrair talentos internacionais, complementada por novos investimentos em infraestruturas de investigação e pelo programa [New European Bauhaus](#), que apoiará projetos de sustentabilidade e inclusão urbana.

O programa adota ainda uma abordagem mais simples e centrada na melhoria das condições para o desenvolvimento dos projetos, reduzindo a burocracia e encurtando os prazos de avaliação das candidaturas.

Conselho Europeu de Investigação atribui 728 milhões de euros a 349 investigadores de topo

O Conselho Europeu de Investigação (ERC) [anunciou](#) a atribuição de 349 bolsas *Consolidator Grants* a investigadores em meio de carreira, num investimento total de 728 milhões de euros financiado pelo programa [Horizonte Europa](#). Estas bolsas irão permitir o desenvolvimento de projetos científicos inovadores em diversas áreas, desde a biotecnologia até à física quântica.

Os investigadores premiados irão conduzir as suas investigações em universidades e centros de investigação de 25 Estados-Membros da UE e países associados. Entre os projetos selecionados destacam-se estudos sobre motores de proteínas motorizados, sensores quânticos para deteção precoce de sépsis e nanopartículas direcionadas a células tumorais.

Conselho aprova acordo de pesca UE-Reino Unido para 2026

O Conselho aprovou um acordo alcançado com o Reino Unido sobre oportunidades de pesca para 95 capturas totais admissíveis (TACs) de stocks geridos conjuntamente pela UE e pelo Reino Unido ao abrigo do Acordo de Comércio e Cooperação UE-Reino Unido (TCA). O acordo garante os direitos de pesca dos pescadores da UE no Atlântico e no Mar do Norte para 2026, e a sua conclusão atempada assegurará estabilidade e segurança para os pescadores e para a indústria da UE.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre os principais elementos do acordo.

UE e Ilhas Cook renovam parceria para a pesca sustentável até 2032

A União Europeia e as Ilhas Cook assinaram um novo protocolo que renova a sua [parceria para a pesca sustentável](#) por um período de sete anos, entre 2025 e 2032. O acordo garante aos navios da União Europeia acesso às águas das Ilhas Cook, reconhecidas por abrigarem algumas das populações de atum mais saudáveis do mundo, durante um total de 40 dias de pesca por ano.

Em contrapartida, a União Europeia disponibilizará um apoio financeiro de 3,22 milhões de euros ao longo do período de vigência do protocolo. Este financiamento servirá para reforçar a gestão sustentável das pescas, melhorar as capacidades de controlo e vigilância marítima e apoiar o desenvolvimento da economia azul das Ilhas Cook.

A parceria renova o compromisso comum de ambas as partes com a preservação ambiental e o desenvolvimento económico sustentável, em consonância com os princípios da [Comissão das Pescas do Pacífico Ocidental e Central](#), da qual a União Europeia e as Ilhas Cook são membros.

O [novo protocolo](#) será aplicado de forma provisória a partir de 9 de dezembro de 2025, permitindo a continuidade das atividades de pesca da União Europeia nas águas das Ilhas Cook. A parceria entrará em vigor após a ratificação formal pelas duas partes, incluindo o consentimento do Parlamento Europeu.



Mobilidade

Grécia, Bulgária e Roménia reforçam a cooperação nas principais ligações de transporte

O Sudeste da Europa [deu](#) um passo significativo no sentido de uma integração regional mais profunda e de uma conectividade reforçada, com a assinatura pela Grécia, pela Bulgária e pela Roménia de um memorando de entendimento para reforçar a cooperação transfronteiriça em matéria de infraestruturas de transportes.

O [Memorando de Entendimento](#) assinala uma determinação comum em acelerar a modernização e a interoperabilidade das ligações estratégicas ferroviárias, rodoviárias e fluviais. Este aprofundamento da cooperação apoiará a mobilidade, os fluxos comerciais, a coesão económica e a segurança em toda a região. O acordo criou uma Plataforma do Corredor Mar Negro-Mar Egeu (BACP), que reúne os ministros dos Transportes dos três Estados-Membros, a fim de fornecer orientações estratégicas e coordenação política para a sua aplicação. Este trabalho será apoiado pelos coordenadores europeus e pelas instituições da UE e será realizado a nível técnico.

O Memorando representa um compromisso político e um quadro estratégico que orientará a cooperação nos próximos anos. Prevê uma coordenação regular a nível político e técnico, o intercâmbio de informações sobre os planos nacionais de investimento e uma ação conjunta para acelerar os projetos prioritários de relevância europeia no âmbito da rede transeuropeia de transportes (RTE-T).

Número de passageiros aéreos na UE aumenta 8% em 2024

Em comemoração do Dia Mundial da Aviação Civil, celebrado no passado domingo, a agência Eurostat divulgou estatísticas recentes sobre o número de passageiros aéreos registados na UE em 2024. Segundo os dados apurados, o número de passageiros que viajaram de avião na União Europeia atingiu 1,1 mil milhões em 2024, representando um aumento de 8,3% face a aos números registados em 2023. Todos os Estados-Membros registaram um aumento no número de passageiros aéreos, com destaque para a Hungria (+19,2%), a Chéquia (+18,9%) e a Estónia (+17,8%), enquanto os aumentos mais modestos ocorreram na Suécia (+1,3%) e na França e Irlanda (ambas +4,6%).

O transporte aéreo de mercadorias e correio também cresceu 8,7% em 2024, impulsionado pelo forte crescimento do tráfego extracomunitário (+10,8%). A nível nacional, os maiores aumentos foram registados na Hungria (+65,9%) e na Chéquia (+43,7%), contrastando com as quedas registadas na Polónia (-3,6%) e na Letónia (-2,7%).

Entre os principais aeroportos da UE, o aeroporto Paris-Charles de Gaulle manteve a liderança com 70,3 milhões de passageiros, seguido de Amesterdão-Schiphol (66,8 milhões), Madrid-Barajas (66,1 milhões) e Frankfurt/Main (61,5 milhões). O aeroporto Roma-Fiumicino em Itália registou o crescimento mais expressivo entre os dez maiores (+20,8%), enquanto aeroporto Eleftherios Venizelos (Atenas, Grécia) entrou no top 10 pela primeira vez, superando o aeroporto Orly de Paris.

Os dados refletem a retoma contínua do tráfego aéreo europeu após a pandemia e o aumento da mobilidade dentro e fora da UE, tanto no transporte de passageiros quanto no de mercadorias.

Pode consultar [aqui](#) a estatística com mais detalhe.



A Europa enfrenta o pior ano de incêndios florestais já registrado, à medida que as estações de incêndio crescem mais e mais destrutivas

O relatório [de 2024 sobre os incêndios florestais](#) do Centro Comum de Investigação da Comissão confirma uma época de incêndios mais longa e mais intensa.

Os grandes incêndios aumentaram todos os anos desde 2017 e os dados de 2024 confirmam a tendência ascendente. A época de incêndios de 2024 terminou com uma área total ardida de 383 317 hectares. Embora este valor seja inferior aos 500 000 hectares queimados em 2023 devido, em parte, à precipitação intermitente em todo o Mediterrâneo durante a primavera e o verão, continua a ser superior à média de 17 anos de 354 185 hectares.

Em 2024, foram comunicados um total de 8 343 incêndios.

Isto é mais do que quatro vezes a média de 17 anos. A Bulgária, a Grécia, a Itália, Portugal e a Espanha contam-se entre os países da UE mais afetados, com uma área ardida combinada de 334 940 hectares. Entre os países terceiros que participam no Mecanismo de Proteção Civil [da UE](#) (MPCU), a Albânia, a Bósnia-Herzegovina, a Macedónia do Norte, a Turquia e a Ucrânia sofreram as perdas mais pesadas. A Ucrânia foi responsável por metade da área total ardida nos países do MPCU, com a maioria dos incêndios florestais observados em todas as linhas da frente de combate.

[Serviço Europeu de Informação sobre Incêndios Florestais](#) Os dados do (EFFIS) sugerem que a realidade dos incêndios florestais na Europa está a mudar. Os dados recolhidos até à data para a época de incêndios de 2025 confirmam ainda mais esta tendência crescente: 2025 será o pior ano desde que os registos do EFFIS começaram em 2006.

A elevada frequência e intensidade dos incêndios florestais durante períodos prolongados de incêndios coloca novos desafios aos serviços de combate a incêndios em toda a Europa e a nível mundial. Em resposta a estes desafios, a UE reforçou recentemente a sua prontidão coletiva, duplicando a frota aérea rescEU e reunindo recursos de 27 Estados-Membros e 10 países participantes no MPCU, reforçados por mais 4 aeronaves, 26 equipas de combate a incêndios florestais terrestres e uma equipa de avaliação de combate a incêndios da Reserva [Europeia de Proteção Civil](#), bem como por ofertas espontâneas dos Estados-Membros.

Embora sejam essenciais fortes capacidades de combate a incêndios, medidas proativas como o desenvolvimento de uma gestão integrada do risco de incêndios florestais, a promoção de soluções baseadas na natureza e a gestão da paisagem para reduzir a vulnerabilidade aos incêndios florestais serão cruciais para enfrentar este desafio crescente.

Mais informações podem ser encontradas no [relatório](#) publicado online.



Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034

Parlamento vai pedir um orçamento da UE 10% maior

Está previsto que o Parlamento proponha um aumento de 169 mil milhões de euros no próximo orçamento da UE para sete anos, de acordo com a primeira versão do projeto de relatório intermédio sobre a proposta da Comissão para o Quadro Financeiro Plurianual (QFP) de 2028 a 2034.

A Comissão tem defendido a sua proposta orçamental de 2 biliões de euros como histórica. No entanto, esse montante é apresentado em termos nominais, o que não tem em conta a inflação, e inclui 168 mil milhões de euros para reembolsar o empréstimo “COVID” do bloco de 650 mil milhões de euros.

Em preços reais de 2025 e sem o empréstimo, o orçamento é de 1,614 biliões de euros, ou 1,15% do Rendimento Nacional Bruto (RNB) da UE.

Segundo o Euractiv, o projeto de relatório do Parlamento, sugere aumentar este montante para 1,783 biliões de euros, ou 1,27% do Rendimento Nacional Bruto da UE. Propõe um aumento de 89 mil milhões de euros para planos nacionais que apoiem regiões e agricultores, mais 58 mil milhões de euros para a “competitividade” e 21 mil milhões de euros adicionais para a política externa.

Dos 58 mil milhões de euros, 24 mil milhões iriam para o novo Fundo Europeu de Competitividade, 18 mil milhões para o próximo programa de investigação Horizonte da União Europeia, 8 mil milhões para infraestruturas. Um montante adicional de 8 mil milhões seria distribuído pelo programa de intercâmbio de estudantes Erasmus, energia nuclear, apoio aos media e outros programas.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação.

“Pacote Farmacêutico”: Conselho e Parlamento chegam a acordo sobre novas regras para um setor farmacêutico europeu mais justo e competitivo

O Conselho e o Parlamento Europeu chegaram a um acordo sobre o “pacote farmacêutico”, um novo conjunto de regras que aumentará o acesso dos pacientes aos medicamentos e tornará o sector farmacêutico da UE mais justo e competitivo.

O pacote representa uma reforma abrangente da legislação farmacêutica da UE e ajudará a garantir o acesso justo a medicamentos seguros, eficazes e acessíveis em toda a UE.

Procura também aumentar a competitividade da indústria farmacêutica, reduzindo os encargos regulamentares e fortalecendo a segurança do abastecimento para prevenir e gerir escassez.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre os principais elementos do acordo agora alcançado.

O acordo provisório precisa agora ser ratificado tanto pelo Conselho da União Europeia quanto pelo Parlamento Europeu, antes de ser formalmente adotado e entrar em vigor após a sua publicação no Jornal Oficial da UE.

UE concede acesso à Sérvia ao financiamento do programa EU4Health

A União Europeia [assinou](#) um acordo de associação com a República da Sérvia que irá permitir ao país participar plenamente no programa [EU4Health](#), o principal instrumento da UE para apoiar políticas de saúde pública e reforçar os sistemas de saúde.

A partir de 1 de janeiro de 2026, instituições públicas e privadas sérvias do setor da saúde poderão candidatar-se a financiamentos da UE em pé de igualdade com os Estados-Membros e outros países associados, incluindo Noruega, Islândia, Ucrânia, Moldávia, Montenegro e Bósnia-Herzegovina.

O acesso ao programa irá possibilitar à Sérvia participar em concursos públicos, subvenções diretas e ações conjuntas focadas em áreas prioritárias, como prevenção e tratamento de doenças cardiovasculares e cancro, promoção da saúde mental e prevenção de ameaças transfronteiriças à saúde.

Comissão Europeia e OMS reforçam cooperação no combate à resistência aos antimicrobianos

A Comissão Europeia e a Organização Mundial da Saúde (OMS) [assinaram](#) um acordo no valor de 3,5 milhões de euros, financiado pelo programa [EU4Health](#), para reforçar a resposta global à resistência aos antimicrobianos (RAM). A parceria visa apoiar a OMS na monitorização do desenvolvimento de novos antimicrobianos, na definição de orientações para inovações antibacterianas e na implementação das listas de agentes patogénicos prioritários, que orientam a investigação e as políticas de saúde pública a nível mundial.

O acordo também procura melhorar o acesso a antibióticos novos e existentes e promover a investigação em terapias inovadoras, incluindo a terapia com bacteriófagos, que utiliza vírus específicos para eliminar bactérias resistentes.

A Comissão Europeia tem considerado a RAM uma das suas prioridades estratégicas desde 2022, tendo vindo a intensificar a cooperação com a OMS para desenvolver novas contramedidas médicas e fortalecer a resposta internacional a esta crise de saúde pública emergente.

Relatório europeu destaca papel fundamental da prevenção e da reforma na saúde para a prosperidade económica

Um novo [relatório](#) publicado no âmbito do [Estado da Saúde na UE](#) alerta para a necessidade urgente de sistemas de saúde mais inovadores e resilientes, capazes de enfrentar desafios como o envelhecimento da população e o aumento das doenças não transmissíveis. O documento, produzido em conjunto pela OCDE e pelo Observatório Europeu para os Sistemas e Políticas de Saúde, refere que investir em prevenção, digitalização e cuidados primários é essencial não só para melhorar a saúde dos cidadãos, mas também para reforçar a competitividade económica europeia.

O [relatório](#) define quatro prioridades centrais: combater as doenças não transmissíveis, acelerar a transformação digital, reforçar os cuidados de saúde primários e garantir o acesso equitativo a medicamentos e à inovação farmacêutica. Para concretizar estes objetivos, estão em curso várias iniciativas, entre as quais se destacam o lançamento de um plano de saúde cardiovascular da UE, o reforço do investimento em tecnologia médica e nos dados de saúde eletrónicos, e o apoio financeiro à expansão dos serviços de saúde de proximidade, com especial atenção às zonas rurais.

Além do [relatório](#), a Comissão Europeia publicou [29 perfis de saúde nacionais](#) que analisam tendências, identificam desafios e destacam a resiliência dos sistemas de saúde de todos os países da UE, além da Islândia e da Noruega.

A Comissão e o Grupo do Banco Europeu de Investimento unem-se para apoiar Gigafábricas de IA

A Comissão Europeia e o Grupo do Banco Europeu de Investimento (Grupo BEI) uniram-se para tornar a Europa um continente líder em IA: a Vice-Presidente Executiva para Soberania Tecnológica, Segurança e Democracia, Henna Virkkunen, a Presidente do Grupo do Banco Europeu de Investimento, Nadia Calvino, e a Subdiretora Executiva do Fundo Europeu de Investimento, Merete Clausen, assinaram um memorando de entendimento para apoiar o desenvolvimento e a implementação de Gigafábricas de IA em toda a União Europeia.

O acordo estabelece um quadro para acelerar o financiamento e o desenvolvimento das Gigafábricas de IA que serão a base da futura infraestrutura de IA da Europa. O Grupo BEI fornecerá apoio consultivo personalizado aos consórcios que responderam ao Pedido Informal de Manifestação de Interesse da Comissão.

Este guia ajudará a transformar conceitos ambiciosos em projetos viáveis que podem ser apresentados no concurso formal para o estabelecimento de Gigafábricas de IA, previsto para o início de 2026, abrindo caminho para um possível cofinanciamento do BEI.

O memorando de entendimento irá impulsionar a iniciativa InvestAI, anunciada pela Presidente Ursula von der Leyen na Cimeira de Ação sobre IA em Paris, em fevereiro de 2025. O InvestAI mobiliza um fundo de 20 mil milhões de euros para apoiar até cinco Gigafábricas de IA—instalações de computação em grande escala dedicadas ao desenvolvimento e treino de modelos de IA de próxima geração.

Para além de desbloquear investimento, esta parceria visa traduzir a visão da Europa para a IA em instalações concretas e de larga escala que possam impulsionar a inovação, reforçar a soberania tecnológica e posicionar a UE como líder global em Inteligência Artificial.

Mais informações podem ser encontradas no [memorando de entendimento](#) entre a Comissão e o BEI.

Meta vai permitir aos utilizadores escolher o nível de personalização de anúncios

A Meta comprometeu-se a oferecer aos utilizadores da União Europeia uma nova opção que permitir-lhes-á decidir se querem ver anúncios totalmente personalizados ou com personalização limitada, em conformidade com o [Regulamento dos Mercados Digitais](#) (RMD). Pela primeira vez, as redes sociais Facebook e Instagram irão disponibilizar esta escolha, que será apresentada aos utilizadores a partir de janeiro de 2026.

Este compromisso surge na sequência de um diálogo estreito entre a Comissão e a Meta, depois de a Comissão ter considerado que a Meta violou a Lei dos Mercados Digitais e ter emitido uma [decisão de incumprimento](#) relacionada com a escolha do utilizador em abril de 2025.

A Comissão irá agora acompanhar a implementação do novo modelo de publicidade, recolhendo feedback e provas junto da Meta e de outras partes interessadas sobre o seu impacto e aceitação.

A União Europeia e o Canadá reforçam a sua parceria digital com destaque para a inteligência artificial, as carteiras de identidade digital e os meios de comunicação social independentes

A UE e o Canadá reforçaram a sua cooperação e reafirmaram interesses comuns para impulsionar a competitividade, a inovação e a resiliência económica durante o primeiro Conselho de Parceria Digital realizado em Montreal, no Canadá. O Conselho realizou-se em paralelo com a reunião ministerial do G7 sobre a indústria, o digital e a tecnologia, organizada pelo Canadá.

Tanto a UE como o Canadá lançaram estratégias para reforçar a sua competitividade e soberania digital e reiteraram a importância de apoiar as empresas, especialmente as pequenas e médias empresas (PME), com regulamentação inteligente.

Copresidida por Henna Virkkunen, vice-presidente executiva da Comissão Europeia responsável pela Soberania Tecnológica, Segurança e Democracia, e Evan Solomon, ministro da Inteligência Artificial e da Inovação Digital do Canadá, o Conselho congratulou-se com a cooperação no âmbito da Parceria e definiu uma agenda ambiciosa para os próximos meses. A UE e o Canadá acordaram em explorar oportunidades de cooperação com parceiros que partilham as mesmas ideias sobre questões de interesse comum.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

Comissão Europeia investiga Google por possível abuso de posição dominante em uso de conteúdos online para IA

A Comissão Europeia abriu uma investigação formal para determinar se a Google violou as regras de concorrência da União Europeia ao utilizar conteúdos de editores web e do YouTube para desenvolver e operar os seus serviços de inteligência artificial. O executivo comunitário quer apurar se a empresa impõe condições comerciais injustas aos criadores e se beneficia de um acesso privilegiado a esses materiais, em detrimento dos concorrentes que desenvolvem modelos de IA semelhantes.

Em causa está, sobretudo, o recurso a conteúdos de editores online nas novas funcionalidades generativas integradas na pesquisa, como o **AI Overviews** e o **AI Mode**, que produzem respostas baseadas em IA diretamente nas páginas de resultados.

A investigação abrange ainda o possível uso de vídeos e outros conteúdos carregados no YouTube para treinar os modelos de IA generativa da Google. De acordo com as autoridades, os criadores não recebem qualquer remuneração por esse uso nem dispõem de mecanismos claros para o impedir, ao mesmo tempo que as políticas da plataforma impedem as empresas concorrentes de utilizar o mesmo material para os seus próprios sistemas de IA.

Se confirmadas, estas práticas poderão configurar abuso de posição dominante, em violação do [artigo 102.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia](#) e do [artigo 54.º do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu](#).

Pode encontrar [aqui](#) mais informações sobre a investigação em curso.

Conselho adota posição para criação de gigafábricas de inteligência artificial na UE

O Conselho da União Europeia aprovou a sua posição sobre o regulamento que atualiza o quadro jurídico da Empresa Comum Europeia para a Computação de Alto Desempenho (EuroHPC JU), com o objetivo de criar gigafábricas de inteligência artificial (IA) em toda a Europa e estabelecer um novo pilar dedicado à investigação quântica.

As futuras gigafábricas de IA serão instalações de grande escala que combinam computação de alto desempenho, centros de dados eficientes e automação inteligente, que irão disponibilizar infraestruturas de nível mundial para investigadores, empreendedores e indústrias europeias. O projeto pretende impulsionar a competitividade tecnológica da UE, fortalecer a autonomia digital e acelerar a inovação em IA.

O regulamento prevê financiamento público e privado através de parcerias público-privadas, envolvendo os Estados-Membros e o setor industrial. O texto estabelece regras claras de financiamento e contratação pública, inclui mecanismos de proteção para startups e empresas em expansão e permite redirecionar fundos não utilizados da UE para projetos de IA. A nova legislação também visa facilitar a criação de gigafábricas multissítio em diferentes países europeus.

O acordo introduz salvaguardas para participação de países terceiros e atualiza a governação da EuroHPC, refletindo as novas responsabilidades ligadas às tecnologias quânticas. Segundo a posição adotada, as atividades de investigação e inovação quânticas serão transferidas do programa Horizonte Europa para a EuroHPC, reforçando o investimento europeu nesta área.

O acordo alcançado sinaliza o desejo do Conselho de avançar com a adoção desta legislação. Este regulamento não é negociado ao abrigo do procedimento legislativo ordinário. Portanto, o Parlamento Europeu apenas irá emitir a sua opinião sobre o texto. Espera-se que adote a sua opinião a 17 de dezembro. Após isso, o regulamento será submetido à adoção final pelo Conselho, uma vez concluída a revisão jurídico-linguística.

Pode encontrar [aqui](#) mais informações.

Comissão Europeia lança Parceria para impulsionar liderança da UE em mundos virtuais

A Comissão Europeia lançou a [Parceria Europeia para Mundos Virtuais](#), uma iniciativa que reúne indústria, meio académico, centros de investigação e utilizadores finais com o objetivo de reforçar a posição da UE como líder global neste domínio em rápida expansão. A parceria concretiza um dos principais pilares da [Estratégia Europeia para a Web 4.0 e para os Mundos Virtuais](#).

Assinada com a Associação de Mundos Virtuais, composta por 18 membros financiadores, a iniciativa visa promover a investigação, inovação, normalização e formação de competências na área, garantindo que os avanços tecnológicos respeitam os valores e direitos fundamentais da União. O setor deverá conhecer um forte crescimento mundial, passando de 27 mil milhões de euros em 2022 para mais de 800 mil milhões até 2030.

Entre 2025 e 2027, a parceria será apoiada por 200 milhões de euros do programa Horizonte Europa, valor que será igualado por contribuições dos parceiros privados.

Mais no Parlamento Europeu:

Calendário para [2025](#), [2026](#) e [2027](#).

Mais no Comité das Regiões Europeu:

Calendário para [2025](#) e [2026](#).

Mais no Conselho:

Presidências rotativas do Conselho da União Europeia: [Presidência Dinamarquesa](#)





Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo,

com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).

Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, consequentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).

Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#), [SolAr](#) e [Delicias de Portugal](#).

Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O Gabinete dos Açores em Bruxelas tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao SIARAM ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:

 Açores

 Agricultura, Alimentação e Ruralidade

 Ambiente

 Coesão e solidariedade interna da UE

 BEI

 Biológico

 Economia, Comércio, concorrência

 Conselho Europeu / Conselho

 Comissão Europeia

 CoR

 Conselho da Europa

 Coronavírus

 Cultura e Comunicação

 Defesa e Segurança

 Desporto

 Diplomacia e solidariedade externa da UE

 Estado de Direito, Democracia e Cidadania

 Economia, Empresas

 Educação

 Emprego e Demografia

 Energia

 Espaço

 FAO

 Prémios



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT – [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política 14 de julho Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa **Política de Privacidade** – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!